

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA FOZ DO ITAJAÍ – CESFI

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Balneário Camboriú-SC, janeiro de 2020.

CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA FOZ DO ITAJAÍ – CESFI

Av. Lourival Cesario Pereira, s/n

Edifício Alcides Abreu – Nova Esperança

Balneário Camboriú –SC

Curso de Administração Pública

DIRIGENTES:

REITOR

Professor Marcus Tomasi.

VICE-REITOR

Professor Leandro Zvirtes

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Matheus Azevedo Ferreira Fidelis

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Professora Soraia Cristina Tonon da Luz.

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO, CULTURA E COMUNIDADE

Professor Fabio Napoleão.

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Professor Antônio Carlos Vargas Sant'Anna.

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO

Professor Márcio Metzner

DIRETOR GERAL DO CESFI

Professor José Carlos de Souza.

Elaboração do Projeto de Curso

Professora Maria Ester Menegasso.

Revisão do Projeto de Curso

Professor Pompilio Locks Filho.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE TABELAS	5
1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
2. JUSTIFICATIVAS	7
2.1 O CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA FOZ DO ITAJAÍ- CESFI	17
2.2 REGIÃO DA FOZ DO ITAJAÍ	18
3 OBJETIVO DO CURSO	23
3.1 OBJETIVO GERAL	24
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	24
4 PERFIL PROFISSIONAL	27
4.1 AMBITO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL	28
5 PROPOSTA PEDAGÓGICA	29
5.1 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO ...	29
5 TURNO DE OFERTA E LOCAL DE FUNCIONAMENTO	31
5.1 NÚMERO DE VAGAS	31
5.2 DURAÇÃO DO CURSO E PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	31
5.3 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	32
5.4 REGIME ACADÊMICO	32
5.5 CONDIÇÕES DE INGRESSO	32
5.6 ESTRUTURA CURRICULAR	32
5.6.1 <i>Matriz curricular</i>	32
5.6.2 <i>Áreas do Conhecimento/Disciplinas Integrantes do currículo</i>	37
5.6.3 <i>Ementas das disciplinas</i>	40
5.7 PLANO DE IMPLANTAÇÃO DO CURRÍCULO PROPOSTO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	87
5.8 DESCRIÇÃO DOS ENFOQUES	88
5.8.1 <i>Prática Pedagógica</i>	88

5.8.2 Estágio Curricular Supervisionado	89
5.8.3 Trabalho de Conclusão de Curso/Outros	91
5.8.4 Atividades Complementares	91
6. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	92
7. CORPO DOCENTE DO CURSO	95
7.1 IDENTIFICAÇÃO DOS DOCENTES EFETIVOS NO CENTRO.....	95
8. RECURSOS NECESSÁRIOS	97
8.1 HUMANOS	97
8.1.1 Identificação dos docentes a contratar por disciplina (para os três primeiros semestres).....	97
8.1.2 Relação dos técnicos universitários a contratar	99
8.2 MATERIAL	99
8.2.1 Laboratórios.....	99
8.2.2 Instalações físicas.....	99
8.2.3 Quantificação sumária da estrutura existente para pessoas com necessidades especiais.....	101
9 ACERVO E REGIME DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA	102
9.1 PLANO DE EXPANSÃO DO ACERVO	102
9.2 SERVIÇO DE ACESSO AO ACERVO.....	103
9.3 PERIÓDICOS	104
9.4 BASE DE DADOS	104
10 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL	106
10.1 – RECURSOS HUMANOS	106
10.2 CUSTEIO	107
<u>11</u> REFERÊNCIAS	108

ÍNDICE DE TABELAS E QUADROS

Tabela 01: Variação populacional dos Municípios da AMFRI 2000-2010	18
Quadro 01:Número de Servidores Públicos Municipais da Região da AMFRI	21
Quadro 02: Índice de candidatos por vaga na história do curso de Administração Pública de Balneário Camboriú	22
Quadro 03: Matriz Curricular	33
Quadro 04: Matriz de Disciplinas Optativas	36
Quadro 05: Créditos e a carga horária do currículo do Curso de Administração Pública proposto.	36
Quadro 06 : Comparativo dos conteúdos (conforme diretrizes) x disciplinas do currículo do curso proposto de Administração Pública	37
Quadro 07 : Plano de implantação do currículo proposto de Administração Pública ...	87
Quadro 08: Titulação e regime de trabalho do corpo docente.....	95
Quadro 09: Docentes a contratar por disciplina nos três primeiros semestres	97
Quadro 10: Demanda de professores	97
Quadro11: Relação dos técnicos universitários a contratar	99
Quadro 12: Instalações/espços físicos	100
Quadro 13: Acervo da biblioteca Setorial do CESFI.....	103
Quadro 14: Custo mensal de técnico universitário	106
Quadro 15: Custo mensal de professor universitário	106

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Projeto para criação do Curso de Administração Pública no Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí- CESFI da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
(Resolução Nº 14/2010 – CONSEPE)

O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) que integra este documento tem por finalidade apresentar os fundamentos, a estruturação e as condições necessárias para a criação e a consolidação do Curso de Administração Pública, em período noturno, no CESFI/UDESC, a partir da legislação da Universidade do Estado de Santa Catarina, e do que estabelece a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e da Resolução CES/CNE Nº 4, de 13 de julho de 2005, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado.

O Projeto apresenta a identificação do curso, as justificativas para a sua implantação, alguns esclarecimentos sobre o Centro e a Região, bem como, os objetivos e as diretrizes curriculares que orientam o projeto, a expectativa de formação do profissional, os pressupostos didático-pedagógicos que embasam a proposta, a matriz curricular e a infraestrutura material, administrativa e de recursos humanos necessários para a sua efetivação.

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Nome	Curso de Administração Pública
Semestre de Implantação (previsto)	2013/1
Nº de fases	8 (oito)
Total da carga horária	3.600
Título a ser concedido	Bacharel em Administração Pública

2. JUSTIFICATIVAS

- a) A Universidade do Estado de Santa Catarina, por meio de seu Egrégio Conselho Universitário, já autorizou em 25 de março de 2004, pela Resolução Nº001/2004, o funcionamento de um Curso de Administração Pública na Região da Foz do Itajaí, mais precisamente, na cidade de Balneário Camboriú. O Curso foi constituído como unidade fora de sede, subordinada ao Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas – ESAG. Esse Curso, foi descontinuado em função da criação do Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí - CESFI/UDESC, uma vez que não se justificava a existência de um curso fora da sede, na ocasião da constituição pela Universidade de um Centro de Ensino na Região.
- b) **Embora reconhecida a razão para a descontinuidade do curso fora de sede em Balneário Camboriú, ainda persistiam os motivos que haviam justificado a existência de um Curso de Administração Pública na Região.** Essa realidade se evidenciou nas manifestações ocorridas ao longo das discussões levadas a efeito nos Conselhos Superiores da UDESC e nas Instituições da Região, durante o processo de descontinuidade do Curso e nas sucessivas solicitações para a sua reabertura. Também, há de se ressaltar que, quando da criação do CESFI/UDESC, em 2010, houve o envolvimento do corpo docente e técnico, bem como do corpo discente, por meio de suas entidades e lideranças representativas, na busca por melhores condições para o funcionamento do curso de Administração Pública fora de sede. As representações estudantis também participaram ativamente para que a Universidade se consolidasse na Região.
- c) A viabilidade de funcionamento de um curso de Administração Pública no CESFI/UDESC ainda encontra respaldo em outras evidências. Entre elas cabe citar a avaliação do curso de administração pública, fora de sede realizada pelo MEC. Essa avaliação se deu em separado do curso ofertado em Florianópolis e, apesar das condições diferenciadas de infraestrutura em Balneário Camboriú, obteve o conceito IV no último ENADE. Dada a época e as condições que presentemente

oferece o CESFI/UDESC, em Balneário Camboriú, esse conceito poderia ter alcançado o valor máximo de V pontos.

- d) O corpo discente do curso de administração pública, fora de sede em Balneário Camboriú, também atesta a importância de se preparar lideranças para agir na administração pública de nosso Estado. Os alunos do curso criaram um Centro Acadêmico, fundaram e presidiram a Federação Nacional de Estudantes de Administração Pública – FENEAP. Ocuparam vagas de representação discente em todos os conselhos superiores da Universidade. Sediaram em 2010 o Encontro Nacional dos Estudantes de Administração Pública e agora, no início de 2012, o congresso nacional dos estudantes de administração pública. A atividade estudantil tornou-se um marco no desenvolvimento do curso. Espelhado no que tem ocorrido no curso, fora da sede ao longo dos anos, o curso cuja criação se propõe neste projeto tem, entre os seus objetivos específicos, a formação dessas lideranças.
- e) Outro fato que reforça as justificativas para a abertura do curso de administração pública no CESFI/UDESC, está na oferta de disciplinas pelo curso fora de sede. A descontinuidade do curso faz com que aproximadamente 200 acadêmicos, ainda vinculados a ele, possam vir a ter pendências em matérias que não são mais oferecidas. A criação do curso aqui defendida pode contribuir também, para que os alunos que já tenham pendências em matérias que não são mais ofertadas pelo curso fora de sede, possam validá-las nesse Centro, não implicando, desta forma, a abertura de turmas extras, com custos excessivos e duplicação de meios para o mesmo fim.
- f) No momento em que se encaminha aos Egrégios Conselhos Superiores da Universidade a proposta de criação do Curso de Administração Pública noturno, no CESFI/UDESC é de fundamental importância lembrar que ainda permanecem válidas e atuais as justificativas que levaram, em passado recente, à constituição do Curso fora de sede de Administração Pública na Região. Entre essas justificativas cabe ressaltar que:

- O Curso está sendo implantado na Região por uma solicitação da comunidade local, manifestada em documento apresentado por um movimento social – o MOVUP. Em decorrência desse movimento, as autoridades locais, principalmente a Câmara de Vereadores e a Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, emprestaram seu decisivo apoio, sem o qual o Curso não se viabilizaria.
- O Curso de Administração de Serviços Públicos, posteriormente denominado de Administração Pública, corresponde às necessidades de um novo modelo de ensino da administração pública, isto é, da produção do bem público pela burocracia pública e com a participação da comunidade, do terceiro setor e das empresas socialmente responsáveis.
- À Universidade do Estado de Santa Catarina, na condição de universidade pública, cabe o pioneirismo no desenvolvimento das áreas de conhecimento não atendidas pelas demais universidades, principalmente, no que concerne à produção do bem público.

Além dessas justificativas, outras se fazem presente, algumas delas decorrem da decisão de se descontinuar o curso. Entre elas cabe citar:

- g) Em recente reunião com a presença do Magnífico Reitor da UDESC, do Prefeito Municipal e lideranças da Região, realizada no dia 19 de março de 2012, às 14 horas, na sala de reuniões do Gabinete do Prefeito Municipal de Balneário Camboriú, foi definido que o CESFI, por meio de sua Direção, deveria apresentar um projeto que seria submetido à decisão dos Conselhos Superiores da Universidade, visando criar um curso de administração pública noturno nesse Centro. Este projeto não substitui o de outro curso, já em tramitação, que deverá ser aprovado em momento oportuno, mas a ele se sobrepõe momentaneamente, em importância, devido à necessidade de atendimento de demandas sociais, comunitárias, políticas e, sobretudo, acadêmicas, explicitadas neste documento.

- h) O Secretário Regional, os prefeitos, os presidentes de câmaras, a representação política, presidentes de organizações da sociedade civil, além de outros dirigentes de órgãos públicos da Região, têm solicitado a criação e reabertura do curso de administração pública da UDESC, na Região, uma vez que esse curso beneficia diretamente o público interno dessas instituições, bem como a sociedade em geral.
- i) O Governador do Estado, recentemente, em diversas oportunidades, se pronunciou sobre a importância do curso de administração pública da UDESC, para o Estado de Santa Catarina, sempre dando destaque à necessidade de formar profissionais capazes de produzir serviços públicos que atendam às necessidades da sociedade e o interesse público. Em diversas dessas oportunidades ele se referiu à importância do Curso de Administração Pública de Balneário Camboriú.

Destaca-se, também, entre as justificativas, o relatório sobre o vocacionamento do CESFI que identifica, na página 19, que o Centro pode contribuir para:

*[...] o aprimoramento da gestão pública [...] **caracterizando-se como vocação do CESFI, o campo do desenvolvimento territorial e sustentabilidade.** (Relatório de Vocacionamento CESFI 2010).*

Afirma, ainda, o relatório, na página 19, que:

*[...] (O CESFI) se consolide como um Centro multidisciplinar e interdisciplinar, [...] centrado na função social e pública da UDESC, em percursos curriculares que dialoguem com as diversas áreas do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento regional (territorial), **por meio da preparação de egressos de seus cursos para atuação na esfera pública** [...] (Relatório de Vocacionamento CESFI 2010).*

- j) Essa vocação, que consta do relatório da Comissão de Vocacionamento do CESFI, aprovada pelo CONSUNI, por meio da Resolução Nº041/2010, em data de 07 de outubro de 2010, é uma das mais sólidas justificativas para que se apresente esta proposta de criação do curso de Administração Pública, mesmo porque **o foco do Curso proposto é a governança de instituições municipais e regionais**

voltadas para o interesse público e o desenvolvimento regional com sustentabilidade, sejam elas organizações públicas ou comunitárias.

- k) Acresça-se ainda, uma justificativa que encontra amparo no “Plano 20: Planejamento Estratégico 2010-2013, em sua parte IV, Base Estratégica da UDESC”. Esse documento define no item IV, das “Políticas Institucionais da UDESC que”:

*A UDESC adotará a estratégia de não duplicação de meios para fins idênticos ou semelhantes no processo de expansão institucional. [...] **Parcerias internas deverão ser a estratégia eleita, garantidora da interiorização e regionalização da Universidade.** (Relatório de Vocacionamento CESFI 2010).*

Essa definição do Plano 20, estabelece que as parcerias internas deverá ser a estratégia para a interiorização e regionalização da UDESC, orientação que o CESFI já segue no único curso que funciona no Centro. **Da mesma forma, o curso de Administração Pública noturno do CESFI pode funcionar em parceria com outros centros, sempre que neles houver meios disponíveis para fins idênticos ou semelhantes, bem como, quando puderem esses centros disponibilizar pessoal e recursos materiais.** Essa justificativa sobre o aproveitamento de parcerias, conforme determina o Plano 20, reforça a proposta para a criação do curso dentro da estrutura do CESFI, em Balneário Camboriú.

As justificativas para a criação do Curso de Administração Pública no CESFI/UDESC complementam outras que demonstram as condições reais, que a Região, e a UDESC em Balneário Camboriú oferecem para implementação do Curso. A partir das exigências contidas na Resolução nº 14/2010 – CONSEPE, evidenciam-se as seguintes condições:

- l) O Curso de Administração Pública noturno, em Balneário Camboriú, será um indutor do desenvolvimento, uma vez que o seu objetivo é preparar, por meio de estudos e vivências de caráter interdisciplinar e multidisciplinar, profissionais para o exercício da governança pública de instituições locais e regionais, sejam elas organizações públicas e/ou comunitárias, com foco no desenvolvimento territorial com sustentabilidade.

- m) A empregabilidade e relevância social do Curso de Administração Pública noturno, no CESFI/UDESC, se expressa na demanda em potencial de 19.411 servidores municipais (AMFRI, 2011) e demais, 14.984 (RAIS/MTE/2009) servidores públicos da Região. Também é expressivo o número de organizações sociais dos municípios que estão no entorno do CESFI, considerando-se que os formandos do curso de Administração Pública, com foco na governança, estarão capacitados para dirigir esse tipo de empreendimento. Também é expressiva a demanda de candidatos de outras regiões ao vestibular dos cursos da UDESC. No caso de administração pública, principalmente para o período noturno, não será diferente.
- n) Quanto à relevância social, o Curso tem o potencial de levar os alunos e professores a um profícuo trabalho de extensão como já ocorre com os alunos e professores do curso, fora de sede ora em funcionamento em Balneário Camboriú. Fruto desse trabalho, os vestibulares para esse curso, fora de sede, tiveram boa participação de alunos de escolas públicas da Região, tendo muitos deles ingressado na UDESC. Também na educação continuada, o curso proposto oferece o potencial para a capacitação de servidores públicos para toda a Região.
- o) É importante ressaltar ainda que, de acordo com a versão anual do índice FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) de Gestão Fiscal (IFGF), lançado recentemente Balneário Camboriú ocupa o primeiro lugar entre os municípios catarinenses em qualidade na “gestão do dinheiro dos contribuintes”. A cidade também recebeu conceito "A" no ranking brasileiro, onde ocupa a 11ª posição entre as mais bem administradas.

O mencionado estudo avaliou o desempenho de 5.266 cidades de todo o País, mas apenas 95 delas (incluindo-se Balneário Camboriú), ou 1,8% do total, obtiveram conceito de excelência em administração. A avaliação observou cinco indicadores: arrecadação, recursos próprios, capacidade de investimento, gastos com pessoal e eficiência administrativa. Os coeficientes analisados correspondem ao exercício de

2010. Ainda segundo o jornal, o que levou Balneário Camboriú para o topo da lista dos municípios catarinenses foi o baixo comprometimento com a folha de pagamento, eficácia na administração de recursos e alto grau de investimentos. Considerando que em 2004 o município ocupava o 10º lugar no índice FIRJAN, a inversão constatada se deu justamente após a implantação e consolidação do curso de Administração Pública na cidade. Com a oferta ao poder público municipal de mais de 100 servidores de carreira (concursados) para as diversas áreas estratégicas do Poder Público Municipal, contribui o curso significativamente para que a cidade melhorasse seu patamar fiscal e, conseqüentemente o social. Esta é uma sólida justificativa para a criação e a implementação do curso de administração pública no CESFI/UDESC.

p) O Curso de Administração Pública noturno, que ora se propõe tem um foco diferenciado dos demais cursos da UDESC e de outras universidades. Ele foca a governança de instituições municipais e regionais, mas deve seguir as determinações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em administração em geral. Este fato permite que se formem parcerias internas, com outros centros, para que se evitem a duplicação de meios e recursos a que se refere o Plano 20 da Universidade. Assim, as disciplinas que são comuns a outros cursos podem ser frequentadas pelos alunos do CESFI. Também, professores de outros cursos podem vir a dar aulas no Curso de Administração Pública do CESFI/UDESC. Da mesma forma, os grupos de pesquisa que forem criados no CESFI, em razão do funcionamento do Curso, poderão abrigar pesquisadores de outros centros, assim como, professores do CESFI podem participar de grupos de pesquisa em outros centros, conforme recomenda o CNPq.

q) A UDESC não possui curso de pós-graduação, com área de concentração em governança pública e todas as suas linhas de pesquisa são focadas exclusivamente em administração pública municipal e social. Considerando que o Curso de graduação que ora se propõe tem como foco a governança da administração pública municipal, torna-se viável, no futuro, a verticalização com

possibilidade de parcerias internas e com outras universidades, tanto brasileiras quanto de outros países.

- r) O vocacionamento do CESFI, conforme já foi apresentado acima, tem entre as suas diferentes abordagens, a preparação de egressos de seus cursos para atuação na esfera pública, com foco no campo do desenvolvimento territorial e sustentabilidade. Esse vocacionamento respalda a criação no CESFI/UDESC, do curso de administração pública, em período noturno, nos moldes propostos neste projeto.
- s) O CESFI tem infraestrutura e equipamentos necessários para atender esse vocacionamento, neste caso específico, para a criação e implementação do curso de administração pública, em período noturno. Assim, as instalações, os laboratórios de informática e a biblioteca do Centro oferecem as condições necessárias para o funcionamento do curso. É importante lembrar que as instalações do CESFI, abrigam ainda o curso de administração pública fora de sede que foi descontinuado, portanto também possui as condições para o funcionamento de um curso de administração pública próprio.
- t) O CESFI tem suas instalações em pleno funcionamento, nelas incluídas as tecnologias de informação e de comunicação. A utilização dessas tecnologias pela área acadêmica e administrativa nada deixa a desejar, para ainda maior eficiência, aguarda-se a entrega de novos computadores, objeto de licitação em andamento. Essas instalações e tecnologias são utilizadas para o funcionamento de um curso de Engenharia e outro de Administração fora de sede. Por via de consequência, elas também podem ser utilizadas para um curso de Administração Pública noturno, que venha a se instalar no mesmo Centro.
- u) No tocante aos recursos financeiros, cabe lembrar que o Governador do Estado, ao promover a criação do Centro em Balneário Camboriú, acrescentou ao orçamento da UDESC o percentual de 0,05% sobre a receita líquida do Estado. Esse percentual foi acrescido ao orçamento da Universidade para a criação e

funcionamento do CESFI/UDESC. Portanto, os recursos para o funcionamento dos cursos do CESFI/UDESC foram assegurados pelo Governo do Estado na oportunidade da criação desse Centro.

- v) A propósito da garantia de recursos financeiros para o CESFI, citada no item anterior, o CONSUNI decidiu em 16/12/2010 que esse Centro teria dois cursos já em 2011. Este projeto se estrutura a partir dessa garantia e das manifestações sempre elogiosas do Governo do Estado sobre o curso de administração pública da UDESC, tanto o de Florianópolis quanto o de Balneário Camboriú. Por outro lado, a decisão estratégica da Universidade em criar um curso de administração pública na Região da Foz do Itajaí ocorre em momento oportuno, haja vista a contribuição que a Universidade pode oferecer para a formação de quadros capacitados para a implementação do modelo de gestão estratégica do Governo de Santa Catarina, ora em processo de implantação por meio da Secretaria da Casa Civil.
- w) A interação com a sociedade já é um fator muito importante no CESFI/UDESC. O curso de administração pública fora de sede que funciona em Balneário Camboriú é resultado da interação da sociedade local com a UDESC. É importante ter presente que a sociedade local é muito participativa, com elevado padrão de educação formal e exercício de cidadania. A apresentação desta proposta resulta, também, dessa interação com a sociedade e do exercício da cidadania das pessoas que pertencem ao território da Região.
- x) A mobilização do poder constituído e dos diversos segmentos da sociedade visando à manutenção e ao permanente crescimento horizontal e vertical da Universidade ocorre na Região desde o início da década passada. Para exemplificar, cabe citar alguns eventos importantes dessa mobilização e os resultados por eles alcançados: abaixo assinado com 12 mil assinaturas reivindicando a criação da universidade pública e gratuita na Região; melhoria das instalações da infraestrutura para abrigar o curso de administração Pública; doação de terreno para construção de sede própria para a UDESC; movimento

pela criação do CESFI; pedido ao Governo do Estado pelo aumento do percentual para instalação do CESFI.

A essas justificativas se acrescenta a importância da base ontológica e epistemológica que estrutura e perpassa esse curso de administração pública.

- y) O Curso de Administração Pública, proposto pelo CESFI, tem os seus valores associados ao bem público, ao interesse público e ao exercício da democracia e da cidadania. Por isto, o conjunto das disciplinas, a prática pedagógica e o objetivo do curso focam a governança pública de instituições municipais e regionais voltadas para o interesse público e o desenvolvimento regional com sustentabilidade, sejam elas organizações públicas ou comunitárias. Essa governança se realiza por meio da produção dos serviços públicos em que são copartícipes as instituições que compõem a sociedade e, em especial, as comunidades. Nessa ótica, o foco do curso não é apenas a organização pública, mas a produção do bem público em si, quem o produz e como ele é produzido. A governança pública é assim, um elo entre o governo e a sociedade, para a provisão do bem público com a participação da comunidade. Essa é uma concepção de administração pública que está criando corpo na maior parte das sociedades democráticas do ocidente. Cabe, pois à UDESC, como Universidade Pública, tomar a vanguarda no ensino, pesquisa e extensão dessa concepção de administração pública municipal e regional.

Esta proposta encontra a sua razão de ser nessa base ontológica e epistemológica, bem como, no fato de se encontrar na Região da Foz do Itajaí uma realidade política, econômica e social propícia ao desenvolvimento e sucesso de um Curso de Administração Pública com esse enfoque.

Apresentadas as justificativas para a criação e a implementação do Curso, segue uma descrição do Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí – e da Região que o abriga. Esta descrição tem como propósito demonstrar as condições favoráveis que o Centro e a Região oferecem ao desenvolvimento do Curso de Administração Pública no CESFI/UDESC, em período noturno.

2.1 O Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí - CESFI

O Centro teve a sua criação aprovada pelo Conselho Universitário em 16 de abril de 2010. O ato de criação do Centro deu-se por meio do Decreto nº 3.276, de 21 de maio de 2010, do Governo do Estado de Santa Catarina. A implantação do Centro decorre de decisão estratégica da Universidade e da necessidade de dar respostas às demandas da Região da Foz do Itajaí.

Salienta-se que, desde 02 de agosto de 2004, a Universidade está instalada em Balneário Camboriú com o curso de Administração Pública, por meio de convênio firmado com a Prefeitura de Balneário Camboriú. Para dar suporte à implementação e à manutenção do Centro, o Governo do Estado aumentou de 2,05% para 2,10% o percentual do repasse financeiro para a UDESC, e a Prefeitura do Município de Balneário Camboriú efetivou a doação de uma área com 6 mil metros quadrados, localizada na Avenida Lourival Cesário Pereira, Bairro Nova Esperança, para viabilizar a construção de sede própria.

Assim, o CESFI foi criado formalmente, os recursos foram garantidos pelo Governo do Estado, a Prefeitura do Município de Balneário Camboriú fez a doação do terreno para construção de sede própria e o Conselho Universitário definiu e aprovou o primeiro curso a ser implantado no Centro. Resta afirmar que a Universidade ao tomar as suas decisões, além de atender as demandas de ensino superior público, participa do projeto de desenvolvimento sustentado da Região da Foz do Itajaí e de todo o Estado de Santa Catarina. É necessário lembrar aqui que o Magnífico Reitor constituiu por meio da portaria nº771/2010, uma comissão para realizar estudos sobre o vocacionamento da Região. O relatório da Comissão destaca, na página 19 que o CESFI:

[...] **pode contribuir** para atender as demandas presentes e futuras do desenvolvimento territorial sustentável, no que diz respeito ao **aprimoramento da gestão pública**, da prestação de serviços e da qualificação pela inovação tecnológica, caracterizando-se como vocação do CESFI, o campo do desenvolvimento territorial e sustentabilidade.

[...] se consolida como um **Centro multidisciplinar e interdisciplinar, numa visão institucional de caráter abrangente, sistêmico e centrado na função social e pública da UDESC**, em percursos curriculares que dialoguem com as

diversas áreas do conhecimento, **contribuindo para o desenvolvimento regional (territorial), por meio da preparação de egressos de seus cursos para atuação na esfera pública** e privada, realizando atividades de ensino, pesquisa e extensão que fomentem o desenvolvimento tecnológico nas áreas de energia, da informação e comunicação que estimulem a relação equilibrada entre o homem e o meio ambiente e **aprimorem a gestão pública** (Relatório de Vocacionamento CESFI 2010).

O Conselho Universitário da Universidade do Estado de Santa Catarina, em 09 de dezembro de 2010, definiu o Curso de Engenharia de Petróleo como o primeiro a ser implementado no Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí - CESFI. Sua implantação teve início em 02 de agosto de 2011, com o ingresso de 40 alunos. Na sessão antes mencionada, estabeleceu o Conselho que o segundo curso deveria ser aprovado em 2011 e ofertado já em 2011.

2.2 Região da Foz do Itajaí

A Região da Foz do Rio Itajaí está localizada no litoral catarinense, e abrange os onze municípios que integram a Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI), com uma população total de 543.279 habitantes em 2010, o que representou uma variação positiva da ordem de 41,56% comparativamente ao ano de 2000.

Tabela 01: Variação populacional dos Municípios da AMFRI 2000-2010

Município	População 2000	População 2007	População 2010	Variação % população 2000/2010
Balneário Camboriú	73.455	94.344	108.107	47,17%
Balneário Piçarras	10.911	13.760	17.074	56,48%
Bombinhas	8.716	12.456	14.312	64,20%
Camboriú	41.455	53.388	62.289	50,25%
Itajaí	147.494	163.218	183.388	24,33%
Itapema	25.969	33.766	45.814	76,41%
Luís Alves	7.974	8.986	10.449	31,03%
Navegantes	39.317	52.638	60.588	54,10%
Penha	17.678	20.868	25.140	42,21%
Porto Belo	10.704	13.301	16.118	50,57%
MÉDIA	383.673	466.725	543.279	41,56%

Tabela 1 – Contagem Populacional
Fonte: IBGE (2010)

As informações acima permitem deduzir que a Região da Foz do Rio Itajaí se

apresenta atrativa para possíveis moradores, o que resulta em uma dinâmica demográfica das mais intensas de Santa Catarina. Essa atratividade pode ser atribuída a sua situação geográfica, ao dinamismo econômico e aos bons indicadores médios de desenvolvimento humano. A região destaca-se nos setores secundário e terciário da economia, ou seja, indústria, comércio e prestação de serviços. Os dados disponíveis demonstram que, em dezembro de 2008, a região contabilizava 135.171 empregados nas diversas atividades econômicas. (IBGE)

A maioria dos municípios da Região situa-se na faixa litorânea do Estado. Sua posição geográfica permitiu a consolidação de um papel estratégico no desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e de todo o sul do País. Essa importância relaciona-se com a existência de uma infraestrutura portuária, aérea e rodoviária que a credencia como uma das mais importantes portas de entrada e saída de produtos do país para o mundo. Dadas essas condições, a Universidade pode oferecer uma contribuição importante ao desenvolvimento sustentável na Região.

Santa Catarina tem posição de destaque no Brasil, por sua economia industrial localizada em diversos polos regionais, o que confere ao Estado elevado e equilibrado padrão de desenvolvimento, devido a uma forte estrutura portuária, por onde escoam grande parte da produção nacional, com destaque para os portos de Itajaí, Navegantes, São Francisco do Sul, Imbituba e Itapoá.

Em 2008, os portos de Itajaí, São Francisco do Sul e Imbituba movimentaram 14,6 milhões de toneladas. Santa Catarina é o único Estado brasileiro com três representantes no *ranking* dos 20 principais portos nesse critério – o de São Francisco do Sul ocupa o 6º lugar e o de Imbituba aparece em 16º. O mais novo porto catarinense de Itapoá no município de Itapoá, ainda não figura nas estatísticas da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

O Porto de Itajaí é o segundo do Brasil (e 13º na América Latina e Caribe) em movimento de contêineres. Caracteriza-se como essencialmente exportador e movimenta 20% da importação do estado. Este fato reflete bem a característica econômica do Estado de Santa Catarina, cuja produção agroindustrial tem grande aceitação nos mercados consumidores internacionais.

O Porto de Itajaí atende não apenas praticamente todo o Estado de Santa Catarina, mas ainda algumas regiões produtoras do Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás,

São Paulo e do Rio Grande do Sul. Os países que mais consomem produtos exportados pelo Porto de Itajaí localizam-se na Europa, América do Norte, Oriente Médio e Extremo Oriente, com o destaque de que o produto catarinense, em geral, destina-se ao consumo imediato (ausência de exportação de matérias-primas). Esses indicativos também fortalecem a necessidade da presença da Universidade do Estado de Santa Catarina na Região da Foz do Itajaí.

Os municípios da Região dispõem de uma grande diversidade de recursos naturais e culturais, dentre os quais se destaca a Reserva Biológica do Arvoredo, tombada pelo Patrimônio Histórico, localizada na região de Bombinhas; bem como o turismo rural, ecoturismo e o Parque do Morro do Baú, situado em Ilhota. A Superintendência do Porto e a Prefeitura de Itajaí construíram o Píer Turístico de Itajaí, na Praça Vidal Ramos. A construção do terminal, inaugurado em setembro de 2000, teve como meta atrair navios de passageiros, para incrementar a atividade turística na cidade e região. O local é alfandegado e a estrutura conta com dolphins de atracação e de amarração, terminal de passageiros, plataformas de embarque e desembarque, instalações para a administração, salas para a Receita Federal e Polícia Federal e acessos, além de toda uma infraestrutura básica. É o único terminal exclusivo para passageiros de transatlânticos do Brasil. Além de funcionar como terminal de passageiros, durante o tempo em que está com o seu cais vazio, o Píer Turístico é utilizado por embarcações da Marinha do Brasil e de pesquisas oceanográficas, para a atracação de navios mercantes que necessitam de reparos e, ainda, para embarcações de apoio, a exemplo de rebocadores e dragas.

O Aeroporto Internacional Ministro Victor Konder, em Navegantes/SC, está localizado entre o Rio Itajaí-Açu e o Oceano Atlântico. Os municípios da região fazem parte da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu, que verte no Atlântico e possui relevante importância pela multiplicidade de utilização dos Recursos Hídricos da Região, seja para abastecimento público, agropecuário ou industrial ou para a navegação, turismo e lazer.

Diante desse contexto torna-se evidente o acerto da decisão do Conselho Universitário da UDESC em aprovar a localização do CESFI em Balneário Camboriú, na Região da Foz do Itajaí. Também evidencia que os cursos desse Centro se inserem no esforço da Universidade em contribuir para o desenvolvimento e a sustentabilidade da

Região.

A Região também se caracteriza por uma intensa atividade pública. Ali estão localizados inúmeros órgãos da administração pública federal, estadual e municipal. Ainda de acordo com levantamento levado a efeito sobre o capital social em Santa Catarina, a Região possuía em 2006, conforme o relatório da pesquisa Capital Social na região de Itajaí foi cadastrado 979 organizações sociais, formalmente constituídas, com um número aproximado de dois mil colaboradores. A tabela abaixo contém o número de servidores públicos municipal, sem contar os demais vinculados a outras esferas da administração pública.

Quadro 01: Número de Servidores Públicos Municipais da Região da AMFRI

Município	Servidores Públicos
Balneário Camboriú	3.800
Bombinhas	479
Camboriú	2.000
Ilhota	415
Itajaí	6.500
Itapema	1.689
Luís Alves	350
Navegantes	2.200
Penha	840
Porto Belo	538
Total	19.411

Fonte: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Itajaí.

Como se depreende da tabela acima, o número de servidores municipais da Região por si só constitui demanda muito importante para o Curso, além dos demais funcionários públicos e colaboradores de organizações sociais ligadas ao desenvolvimento e sustentabilidade local e regional.

Também é importante resgatar os dados sobre o índice de candidatos para o vestibular do curso de administração pública que funcionou até recentemente na Região. Ressalte-se que o Curso funcionava no período matutino, quando a demanda é menor do que para cursos noturnos.

Quadro 02: Índice de candidatos por vaga na história do curso de Administração Pública, fora de sede, Balneário Camboriú

Ano/Semestre	Índice Candidato-Vaga
2005/1	3.83
2005/2	5.10
2006/1	6.15
2006/2	5.40
2007/1	6.30
2007/2	3.88
2008/1	6.35
2008/2	6.40
2009/1	4.45
2009/2	3.13
2010/1	3.95
2010/2	2.20
2011/1	5.03

Fonte: Coordenadoria do Vestibular da UDESC.

3 OBJETIVO DO CURSO

Com o propósito de tornar claro o entendimento que se empresta nesta proposta ao termo da governança pública, faz-se uma breve explanação sobre o seu significado. A governança pública é uma concepção mais recente do que a administração pública convencional e as propostas de mercado para a produção de serviços na esfera pública. A governança pública se propõe articular as diversas instâncias que produzem os serviços públicos a partir do interesse público. Ela intermedia as relações entre estado e sociedade, tendo as suas ações voltadas para a direção, coordenação e controle de uma rede de produção dos serviços públicos. Em outros termos, articula e promove a conexão dos diversos esforços para a produção dos serviços públicos, independentemente de quem os esteja produzindo. A governança pública é exercida pelo estado em seus diversos níveis, em que pese esse trabalho de articulação envolver diversas instâncias da sociedade e da comunidade.

A governança pública é, de fato uma resposta à fragilidade do estado do bem estar social, à dispersão e à fragmentação do aparato do estado e das entidades que produzem os serviços públicos. Busca superar os limites que afetam a produtividade das organizações burocráticas públicas, bem como, as frustrações a que levou a aplicação dos modelos de mercado na área pública. Utiliza em suas práticas, teorias e técnicas funcionais voltadas para a produção dos serviços públicos por meio de formação e funcionamento de redes. Mas também utiliza teorias sobre cooperação, participação comunitária, práticas democráticas que incluem transparência e responsabilidade, desenvolvimento institucional, entre outras.

Como se depreende desse extrato teórico, a governança pública é uma abordagem multidisciplinar e transdisciplinar de administração pública. Por isso mesmo, os cursos que nela têm o seu foco podem preparar administradores públicos a partir dessas abordagens. Este é o caso, em particular, desta proposta que abriga a criação e implementação do Curso de Administração Pública no CESFI/UDESC.

Prestados esses breves esclarecimentos sobre entendimento que se empresta nesta proposta ao termo da governança, segue o objetivo geral do Curso de Administração Pública que se propõe criar e implementar no CESFI/UDESC:

3.1 OBJETIVO GERAL

O Curso de Bacharelado em Administração Pública da UDESC/CESFI tem como objetivo formar um administrador público capaz de exercer a governança de instituições municipais e regionais voltadas para o interesse público e o desenvolvimento regional com sustentabilidade sejam elas organizações públicas ou comunitárias.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover o aprendizado dos alunos para que, ao término do curso, eles sejam profissionais em administração pública capazes de exercer a governança pública, principalmente, em instituições municipais e regionais, voltadas para o interesse público e o desenvolvimento regional com sustentabilidade;
- Capacitar os alunos do curso para que, como profissionais da administração pública, produzam os serviços públicos com responsabilidade, nela incluída a eficiência no uso dos meios e a transparência dos processos utilizados na produção desses serviços;
- Capacitar os alunos para a realização das funções de planejamento, organização, direção, coordenação e controle inerentes ao administrador público;
- Prover os conhecimentos necessários para que os alunos se transformem em profissionais aptos a articular e promover a conexão dos diversos esforços para a produção dos serviços públicos, independentemente de quem os esteja produzindo;
- Preparar os alunos para que sejam capazes de exercer a intermediação entre o governo e a sociedade na produção dos serviços públicos, sabendo escutar os cidadãos;

- Habilitar os alunos a dirigir, coordenar e controlar instituições públicas e/ou comunitárias para a produção dos serviços públicos, quer elas atuem ou não em rede;
- Preparar os alunos para que sejam capazes de promover a cooperação e a participação comunitária, as práticas democráticas que incluem a transparência e responsividade, a formação e o funcionamento de redes e o desenvolvimento institucional no processo de produção dos serviços públicos e na intermediação entre governo e sociedade;
- Prover os meios para que os alunos desenvolvam o potencial para o exercício da liderança do processo de governança pública em entidades municipais e regionais, voltadas para o interesse público e o desenvolvimento regional com sustentabilidade;
- Estimular a formação de um profissional e cidadão crítico, capaz de refletir e assumir posições próprias em benefício da coletividade, a partir de valores éticos, tanto aqueles relacionados com a responsabilidade e a legalidade quanto aos lastreados nas convicções;
- Conscientizar o egresso do curso de que o administrador público serve ao cidadão enquanto dirige organizações;
- Oferecer os meios necessários para que o ensino, a pesquisa e a extensão em administração pública sejam realizados por meio de estratégias de governança pública que envolva as instituições de governos, da sociedade e das comunidades (este objetivo se aplica tanto à graduação quanto a futura verticalização);
- Tornar o Curso de Administração Pública do CESFI/UEDESC um curso de excelência da UDESC.

4 PERFIL PROFISSIONAL

O perfil profissional do egresso do Curso de Administração Pública do CESFI/UEDESC, conforme determina o art. 3º da Resolução CES/CNE nº 4, de 13 de julho de 2005, define-se mediante as competências e habilidades adquiridas no Curso e se configura como:

- O tomador de decisões que ofereça soluções para os problemas, tanto aqueles relacionados com questões que dizem respeito às políticas públicas, quanto os de natureza estratégica e operacional;
- O articulador das diversas manifestações e interesses, sejam eles a expressão da comunidade organizada ou de instituições ou grupos isolados;
- O formulador de políticas públicas que traduzam o interesse público obtido mediante a participação dos cidadãos e pela via do diálogo, engajamento cívico, consenso, compartilhamento de valores comunitários e da expressão dos interesses de grupos que buscam o bem comum;
- O educador que promove a cidadania e a participação comunitária, principalmente em espaços públicos regionais e municipais, valores essenciais à democracia;
- O planejador em espaços organizacionais ou comunitários capaz de pensar estrategicamente e agir democraticamente;
- O administrador capaz de agir e pensar racionalmente, mas que valorize as pessoas, não apenas a produtividade;
- O inovador e empreendedor em organizações públicas na busca da tecnologia mais adequada ao processo de interação comunitária seja ela sob a forma de tecnologia apropriada ou de avanços da tecnologia da informação convencional;
- O gestor que planeja, dirige, coordena e controla a produção de bens e serviços públicos, com sustentabilidade, para a satisfação do interesse público;
- O controlador das atividades articuladas em rede, visando a obter o melhor resultado com o menor custo na produção de serviços públicos;

- O líder de redes de organizações, capaz de exercer a governança pública com equidade e justiça;
- O coordenador das atividades exercidas por uma rede de instituições ou organizações, sejam elas públicas ou comunitárias, que produzem serviços públicos;
- O agente do desenvolvimento, com sustentabilidade, em territórios regionais e municipais;
- O gestor de instituições públicas municipais e regionais, sejam elas organizações públicas ou comunitárias;
- O líder e agente político em sua comunidade com base em princípios éticos e do interesse público.

4.1 ÂMBITO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

O egresso do curso de Administração Pública tem como campo profissional a realização de atividades privativas da administração, especialmente aquelas que dizem respeito à governança de instituições municipais e regionais voltadas para o interesse público e o desenvolvimento regional com sustentabilidade, sejam elas organizações públicas ou comunitárias. A atuação profissional do administrador está regulamentada pelo Decreto Nº 61.934, de 22 de dezembro de 1967, de acordo com a Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965.

5 PROPOSTA PEDAGÓGICA

5.1 Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Administração

Os fundamentos básicos encontram-se na RESOLUÇÃO CES/CNE Nº 1, DE 13 DE JANEIRO DE 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, e nas orientações e nos referenciais contidos nos Pareceres CNE/CES nos 583/2001 e 67/2003, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, em 29 de outubro de 2001 e 2 de junho de 2003, bem como nos termos do Parecer CNE/CES nº 266/2010, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 19 de dezembro de 2013, resolve:

Art. 1º Ficam instituídas as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, que compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltado ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas.

Parágrafo único. As diretrizes curriculares são definidas de forma ampla, de modo a contemplar a diversidade de projetos pedagógicos dos cursos existentes e futuros.

Art. 2º São princípios fundamentais a serem atingidos pelos cursos de graduação em Administração Pública:

I - o ethos republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela res pública e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;

II - a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los ao seu contexto e vocação regionais;

III - a interdisciplinaridade e a transdisciplinariedade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

Art. 3º O curso de graduação em Administração Pública deverá propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores públicos na administração pública estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas.

Art. 4º O curso de graduação abrangido por esta Resolução deverá possibilitar as seguintes competências e habilidades:

I - reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;

II - apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;

III - desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do ethos republicano e democrático, indispensável à sua atuação;

IV - estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;

V - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;

VI - expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;

VII - ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.

Art. 5º O curso de graduação em Administração Pública deverá contemplar, em seus projetos pedagógicos e na sua organização curricular, conteúdos que revelem, em uma perspectiva histórica e contextualizada, compromisso com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural.

§ 1º São conteúdos de formação básica:

I - conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;

II - estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação;

III - conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação;

IV - conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.

§ 2º Os conteúdos de formação profissional deverão incluir aqueles sobre governos e políticas públicas comparadas, conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos, e conteúdos complementares ou especializados, oferecendo ao formando a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.

§ 3º Os conteúdos de que trata este artigo poderão ser oferecidos de forma simultânea, não requerendo, necessariamente, uma sequência compulsória, a critério de cada Instituição.

Art. 6º A natureza e a organização de cada curso deverão ser expressas por meio do seu projeto pedagógico, abrangendo, entre outros, o perfil do formando, as competências e as habilidades, os componentes curriculares, a imersão profissional ou em pesquisa, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o projeto de iniciação científica, além do regime acadêmico de oferta.

§ 1º O projeto pedagógico do curso deverá abranger, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - objetivos gerais do curso, contextualizados em relação à sua inserção institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de realização da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação, quando houver;

VIII - incentivo à pesquisa como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento à iniciação científica;

IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado e suas diferentes formas e condições de realização, observado o respectivo regulamento;

X - concepção e composição das atividades complementares; e

XI - inclusão obrigatória de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) sob as modalidades: monografia, projeto de iniciação científica ou projetos de atividades, centrados em área teórico-prática ou de formação profissional, na forma como estabelecer o regulamento próprio.

§ 2º O detalhamento dos incisos, especialmente VI a IX, será definido em regulamento próprio da Instituição de Educação Superior.

§ 3º A conclusão e a integralização curricular deverão ser expressamente estabelecidas, observado o regime acadêmico adotado pela Instituição de Educação Superior, bem como as possibilidades apresentadas na Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007.

Art. 7º O projeto pedagógico do curso deverá disciplinar o estágio supervisionado, sob várias

formas, desde estágio propriamente dito até imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades, com base em regulamento próprio de cada Instituição de Educação Superior.

Art. 8º As atividades complementares, quando houver, deverão possibilitar ao aluno reconhecer e testar habilidades, conhecimentos e competências, incluindo a prática de estudos e as atividades independentes, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e nas ações de extensão.

Art. 9º O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório e deverá constar do projeto pedagógico do curso, e suas características deverão ser estabelecidas em regulamento próprio.

Art. 10. Com base no princípio de educação continuada, as Instituições de Educação Superior poderão incluir, no projeto pedagógico do curso, o oferecimento de cursos de pós-graduação lato sensu, de acordo com as efetivas demandas do desempenho profissional.

Art. 11. A carga horária mínima do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, é de 3.000 horas, nos termos da Resolução CNE/CES nº 2, de 2007.

Art. 12. As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública deverão ser implantadas pelas Instituições de Educação Superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de 2 (dois) anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta Resolução.

Parágrafo único. As Instituições de Educação Superior poderão optar pela aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta Resolução.

Art. 13. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

5.2 TURNO DE OFERTA E LOCAL DE FUNCIONAMENTO

O curso será oferecido no Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí-CESFI/UEDESC – localizado na Avenida Central 413, Edifício Magila, CEP – 88330-668, em Balneário Camboriú

O curso de Bacharelado em Administração Pública será em período noturno, de segunda a sexta-feira e, eventualmente, aos sábados.

5.3 NÚMERO DE VAGAS

O Bacharelado em Administração Pública oferecerá 40 vagas semestrais, totalizando 80 vagas anuais.

5.4 DURAÇÃO DO CURSO E PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO

O curso terá a duração de 08 (oito) semestres, como tempo mínimo, de integralização, de 14 (quatorze) semestres como tempo máximo.

5.5 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

O Curso de Administração Pública terá 200 (duzentos) créditos. Cada crédito corresponde a 18 horas/aula de 50 minutos. O semestre letivo terá 18 semanas de aula, o que corresponderá a uma carga horária total de 3600 horas-aula.

5.6 REGIME ACADÊMICO

O regime adotado será o de créditos por disciplina definido pelo Regimento Geral da UDESC.

5.7 CONDIÇÕES DE INGRESSO

O ingresso dar-se-á mediante:

- a) Concurso vestibular realizado semestralmente, conforme regulamentação específica da UDESC;
- b) Transferência interna, transferência externa, reingresso após abandono, retorno aos portadores de diploma de curso de graduação e retorno para nova habilitação no mesmo curso para concluintes da UDESC, conforme regulamentação específica da UDESC.

5.8 ESTRUTURA CURRICULAR

5.8.1 Matriz curricular

O curso atenderá às seguintes diretrizes:

- ✓ Utilizar 18 horas-aula correspondentes a um crédito;
- ✓ Respeitar à carga-horária mínima de 3600 horas;
- ✓ Estabelecer 10% da carga horária total para estágio supervisionado, correspondente a 288 horas;

- ✓ Atender às exigências das Diretrizes Curriculares do Curso de Administração
- ✓ Estabelecer a carga-horária em Atividades Complementares em 8% da carga-horária total do curso.

Para cada disciplina a seguir relacionada, são indicadas as quantidades de créditos, número de aulas teóricas (T), aulas práticas (P), número de turmas (NT), ocupação docente (O.D), horas-aula (H/A) e núcleos de Conteúdos de Formação Básica (B), Conteúdos de Formação Profissional (P), Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (MQT) e Conteúdos de Formação Complementar (FC).

Quadro 03: Matriz curricular

1ª Fase

Disciplina Obrigatória	Créditos	T	P	N.T.	O.D.	H/A	Núcleo	Pré-requisito
Administração Pública e Governança	4	4	0	1 / 0	4	72	P	
Direito Constitucional	4	4	0	1 / 0	4	72	B	
Matemática	4	4	0	1 / 0	4	72	MQT	
Sociologia	4	4	0	1 / 0	4	72	B	
Filosofia e ética	4	4	0	1 / 0	4	72	B	
Tecnologia básica de Informação e de Comunicação na Governança Pública	4	2	2	1 / 0	4	72	MQT	
	24				24	432		

2ª Fase

Disciplina Obrigatória	Créditos	T	P	N.T.	O.D.	H/A	Núcleo	Pré-requisito
Teorias de Administração Pública	4	4	0	1 / 0	4	72	P	
Metodologia Científica e da Pesquisa	2	1	1	1 / 0	2	36	MQT	
Psicologia social	4	4	0	1 / 0	4	72	B	
Estatística	4	2	2	1 / 0	4	72	MQT	
Finanças Públicas	4	2	2	1 / 0	4	72	P	
Relações Interinstitucionais na governança pública	2	2	0	1 / 0	2	36	P	
	20				20	360		

3ª Fase

Disciplina Obrigatória	Créditos	T	P	N.T.	O.D	H/A	Núcleo	Pré-requisito
Planejamento e alocação de recursos em governança pública	4	2	2	1 / 0	4	72	P	
Fundamentos da teoria econômica	4	2	2	1 / 0	4	72	B	
Ciência Política e Democracia	4	4	0	1 / 0	4	72	B	
Orçamento Público para a governança pública Municipal e Regional	4	2	2	1 / 0	4	72	B	
Direito Administrativo	4	4	0	1 / 0	4	72	B	
	20				20	360		

4ª Fase

Disciplina Obrigatória	Créditos	T	P	N.T.	O.D	H/A	Núcleo	Pré-requisito
Contabilidade Pública na Administração Pública Municipal	4	2	2	1 / 0	4	72	B	
Relações de Trabalho em Organizações Públicas Municipais e Sociais	4	4	0	1 / 0	4	72	P	
Liderança e formação de redes na governança pública	4	4	0	1 / 0	4	72	FC	
Regionalidade, sustentabilidade e desenvolvimento de territórios	4	4	0	1 / 0	4	72	FC	
Governança Pública Municipal e Regional I	4	2	2	1 / 0	4	72	P	
	20				20	360		

5ª Fase

Disciplina Obrigatória	Créditos	T	P	N.T.	O.D	H/A	Núcleo	Pré-requisito
Políticas Públicas e Regionalidade	4	2	2	1 / 0	4	72	FC	
Processos licitatórios na administração pública municipal	4	2	2	1 / 0	4	72	P	
Educação e sensibilização ambiental	4	4	0	1 / 0	4	72	FC	
Economia brasileira	4	4	0	1 / 0	4	72	B	
Administração de materiais e de patrimônio na administração pública municipal	4	2	2	1 / 0	4	72	P	

	20		20	360
--	-----------	--	-----------	------------

6ª Fase

Disciplina Obrigatória	Créditos	T	P	N.T.	O.D.	H/A	Núcleo	Pré-requisito
Processos de negociação em governança pública	4	2	2	1 / 0	4	72	FC	
Gestão social em espaços regionais e locais	4	4	0	1 / 0	4	72	FC	
Desenvolvimento institucional e de comunidades	4	4	0	1 / 0	4	72	FC	
Governança Pública Municipal e Regional II	4	4	0	1 / 0	4	72	P	
Mobilidade em espaços urbanos	4	2	2	1 / 0	4	72	FC	
	20				20	360		

7ª Fase

Disciplina Obrigatória	Créditos	T	P	N.T.	O.D.	H/A	Núcleo	Pré-requisito
Metodologias para elaboração e implantação de projetos	4	2	2	1 / 0	4	72	FC	
Trabalho de Conclusão de Curso I	4	2	2	1 / 0	4	72	FC	
Comunicação e Marketing na Governança Pública	4	2	2	1 / 0	4	72	P	
Racionalização e Organização do Trabalho na Administração Pública Municipal	4	4	0	1 / 0	4	72	P	
Disciplina Optativa I	4	4	0	1/0	4	72	OPT	
Estágio Curricular Supervisionado I	10	0	10	1 / 0	0	180	FC	
	30				20	540		

8ª Fase

Disciplina Obrigatória	Créditos	T	P	N.T.	O.D	H/A	Núcleo	Pré-requisito
Práticas de Controle social e accountability na governança pública	4	2	2	1 / 0	4	72	FC	
Sistemas de informação para Governo aberto	4	2	2	1 / 0	4	72	MQT	
Implementação de serviços públicos	4	2	2	1 / 0	4	72	P	
Inovação e empreendedorismo em sistemas de governança pública	4	2	2	1 / 0	4	72	FC	
Disciplina Optativa II	4	4	0	1/0	4	72	OPT	

Trabalho de Conclusão de Curso II	4	2	2	1 / 0	4	72	FC	
Estágio Curricular Supervisionado II	6	0	10	1 / 0	0	108	FC	
	30				24	540		

Quadro 04: Matriz curricular de disciplina optativas

Ordem	Disciplina Optativa	Créd.	T	P	NT	O.D.	H/A	Núcleo de Formação	Pré-requisitos
1	Análise e produção textual	4	2	2	1	4	72	OPT	
2	Matemática financeira	4	2	2	1	4	72	OPT	
3	LIBRAS	2	2	0	1	2	36	OPT	
4	Tópicos Especiais em Políticas Públicas	4	4	0	1	4	72	OPT	
5	Tópicos Especiais em Estudos Organizacionais	4	4	0	1	4	72	OPT	
6	Tópicos Especiais em Inovação Social	4	4	0	1	4	72	OPT	
7	Tópicos Especiais em Contabilidade e Controladoria	4	4	0	1	4	72	OPT	
8	Tópicos Especiais em Administração e Governança Pública	4	4	0	1	4	72	OPT	
9	Tópicos Especiais em Economia e Desenvolvimento	4	4	0	1	4	72	OPT	
10	Tópicos Especiais em Sociologia Política	4	4	0	1	4	72	OPT	

Quadro 05: Créditos e a carga horária do currículo do Curso de Administração Pública

DISTRIBUIÇÃO DA MATRIZ	CRÉDITOS	CARGA HORÁRIA
TOTAL EM DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	152	2.736
TOTAL EM DISCIPLINAS OPTATIVAS	8	144
TOTAL EM DISCIPLINAS ELETIVAS	-	-
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	16	288
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	08	144
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	16	288
TOTAL GERAL	200	3.600

5.8.1.1 Áreas do Conhecimento/ Disciplinas Integrantes do currículo

As áreas de conhecimento entendidas como campos de conhecimentos, conforme definidos pela Resolução nº 4 de 13 de julho de 2005, podem ser verificadas no Quadro 10, onde constam os campos de conteúdo das diretrizes curriculares em relação as disciplinas ofertadas (nome das disciplinas, carga horária e número de créditos) na matriz curricular para o curso de Administração Pública.

Quadro 06: Comparativo dos conteúdos (conforme diretrizes) x disciplinas do currículo do curso proposto de Administração Pública

Conteúdos curriculares	Disciplinas do currículo proposto	Nº créditos	Carga horária
Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas.	Psicologia social	4	72
	Filosofia e ética	4	72
	Direito constitucional	4	72
	Ciência Política e Democracia	4	72
	Sociologia	4	72
	Fundamentos da Teoria Econômica	4	72
	Economia brasileira	4	72
	Direito Administrativo	4	72
	Contabilidade Pública na Administração Pública Municipal	4	72
	Orçamento Público para a governança pública municipal e regional	4	72
Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo: teorias da administração e das	Administração Pública e governança	4	72
	Teorias de Administração Pública	4	72
	Relações de trabalho em organizações públicas municipais e sociais	4	72
	Governança pública municipal e regional I	4	72

organizações; administração de recursos humanos; mercado e marketing; materiais, produção e logística; financeira e orçamentária; sistemas de informações; planejamento estratégico e serviços.	Governança pública municipal e regional II	4	72
	Racionalização e Organização do Trabalho na Administração Pública Municipal	4	72
	Administração de Materiais e de patrimônio na Administração Pública Municipal	4	72
	Planejamento e alocação de recursos em governança pública	4	72
	Processos licitatórios na administração pública municipal	4	72
	Comunicação e Marketing na governança pública	4	72
	Finanças Públicas	4	72
	Relações interinstitucionais na governança pública	2	36
	Implementação de serviços públicos	4	72
	Práticas de benchmarking na governança pública municipal e regional	4	72
Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração	Matemática	4	72
	Estatística	4	72
	Metodologia Científica e da Pesquisa	2	36
	Sistemas de informação para governo aberto	4	72
	Tecnologia Básica de Informação e de Comunicação na Governança Pública	4	72
Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.	Políticas públicas e regionalidade	4	72
	Processos de negociação em governança pública	4	72
	Educação e sensibilização ambiental	4	72
	Metodologias para elaboração e implantação de projetos	4	72
	Práticas de controle social e de accountability na governança pública	4	72
	Gestão social em espaços regionais e locais	4	72
	Inovação e empreendedorismo em sistemas de governança pública	4	72

	Regionalidade, sustentabilidade e desenvolvimento de territórios	4	72
	Desenvolvimento institucional e de comunidades	4	72
	Liderança e formação de redes na governança pública	4	72
	Estágio Curricular Supervisionado I e II	20	360
	Mobilidade em espaços urbanos	4	72
Atividades Complementares	Monitorias, viagens de estudo, participação de palestras, estágios não obrigatórios, dentre outras.	16	288

5.8.1.2 Ementas das disciplinas

1ª FASE

Administração Pública e Governança

Ementa: Administração Pública: conceitos, fundamentos e trajetória histórica. A esfera pública e a produção do bem público. A importância da cidadania e da democracia para a administração pública. As diversas estratégias para a produção do bem público: a burocracia pública, o mercado e as suas organizações, a coprodução em rede com participação da comunidade e do cidadão. Os principais modelos de administração pública. A definição do interesse público. Governança pública: contexto histórico em que foi desenvolvida. Conceitos de governança pública. Principais teorias sobre governança pública. Governança pública e os modelos de administração pública. Governança como uma rede difusa que produz os serviços públicos. A governança e os tipos de coprodução do bem público. A coordenação governamental dos processos de governança pública. Políticas públicas, participação política e governança pública.

Bibliografia Básica:

KEINERT, Tânia, M. M. **Administração pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2000.

KISSLER, L.; HEIDEMANN, F.G. **Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade**. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, vol.40 no.3 May/June 2006

SALM, J.F. Menegasso, M.E. **Proposta de Modelos para a Coprodução do Bem Público a partir das Tipologias de Participação**. XXIV ENAMPAD, Rio de Janeiro, 2010.

Bibliografia Complementar:

KLEIN JR, V., SALM, J. F., HEIDEMANN, F. G., MENEGASSO, M. E. **Participação e coprodução em política habitacional**. RAP — Rio de Janeiro 46(1):25-48, JAN/FEV. 2012.

RONCONI, Luciana. **Governança pública: um desafio à democracia, Emancipação**. Ponta Grossa, 11(1): 21-34, 2011.

SECCHI, Leonardo. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública**. RAP — Rio de Janeiro 43(2):347-69, MAR./ABR. 2009.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e Administração Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

WILSON, Woodrow. **O estudo da Administração** (1887). In: WALDO, Dwight. Problemas e aspectos da Administração Pública. São Paulo: Pioneira, 1966.

Direito Constitucional

Ementa: Teoria Geral do Direito. Constituição como um sistema de princípios e normas. O Direito Constitucional: conceito e espécies de constituição, princípios fundamentais, direitos e garantias fundamentais, organização do Estado. Evolução e características das Constituições Brasileiras. A Constituição de 1988: origem, tipologia e comparação com as demais Constituições Brasileiras.

Bibliografia Básica:

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 22.ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 14. ed. rev. atual. São Paulo-SP: Saraiva, 2010.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. Colaboração de Inocêncio Mátiros Coelho. 5.ed.rev.atual. São Paulo - SP: Saraiva, 2010.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, K.G. **Direito Constitucional Público**, Belo Horizonte: Del Rey, 1999

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 25. rev. atual. ampl. São Paulo - SP: Atlas, 2010.

DALLARI, D.A. **Elementos da Teoria Geral do Estado**, São Paulo: Saraiva, 1989

DOWER, N. G. **Instituições de Direito Público e Privado**. São Paulo:Saraiva, 2005.

TEMER, Michel. **Elementos de Direito Constitucional**. 18ª ed. rev. amp., São Paulo: Malheiros, 2002.

SILVA, J.A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Revista dos Tribunais/Malheiros Editores, 2002.

Matemática

Ementa: Funções: gráficos, inversão e composição. Retas: equações, posições relativas e aplicações na administração. Introdução ao estudo de aplicações de matrizes.

Bibliografia Básica:

FLEMMING, D. M. E GONÇALVES, M. B. Cálculo A: limite, derivação e integração – 5ª ed. São Paulo: Makron Books, 1992.

GOLDSTEIN, J. Larry, et all. **Matemática Aplicada à Economia, Administração e contabilidade.** Bookman. Porto Alegre, 2000.

LEITHOLD, L. **Matemática Aplicada a Economia e Administração.** São Paulo: Harbra, 1992.

Bibliografia Complementar:

SILVA, Sebastião Medeiros - **Matemática para Cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis,** Editora Atlas, São Paulo. 1993. Vol 1.

HARIKI, Seiji. **Matemática Aplicada: administração, economia, contabilidade.** São Paulo: Saraiva, 2003.

TAN, S.T. **Matemática Aplicada à Administração e Economia.** 5 ed. Americana. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOFFMANN, Laurence D. **Cálculo: Um Curso Moderno e suas aplicações.** Rio de Janeiro: LTC S/A, 2002.

MORETTIN, P.A., et al. **Cálculo-funções de uma e várias variáveis.** São Paulo: Saraiva, 2003.

BARBANTI, L. & MALACRIDA, S.A. **Matemática Superior: um primeiro curso de cálculo.** São Paulo: Pioneira, 1999.

Sociologia

Ementa: A emergência da sociologia e seus antecedentes; conceitos básicos de sociologia; as relações entre sociologia geral e outras disciplinas; as teorias sociológicas; a crise da sociologia ocidental; autores clássicos da sociologia e a sua importância para o estudo da administração pública e governança; o método da redução sociológica, o fato social e a ação administrativa; a visão de autores contemporâneos de sociologia sobre as relações entre estado, sociedade e comunidade.

Bibliografia Básica:

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BERGER, Peter. **Perspectivas sociológicas** – uma visão Humanística. Editora Vozes, Petrópolis, 1994.

DIAS, Reinaldo. **Fundamentos de Sociologia Geral**, Ed. Alínea, 2011

Bibliografia Complementar:

COHEN, B. J. **Sociologia Geral**. São Paulo: FGV, 1981.

FERRARI, A.F. **Fundamentos de sociologia**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 1978.

RAMOS, A. G. **A Redução Sociológica**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro. 1965.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Sociologia Geral** – 7 ed. rev. Ampl. – São Paulo: Atlas, 1999.

Filosofia e ética

Ementa: Fundamentos da filosofia: a questão do conhecimento e da argumentação. O espaço público e o espaço privado. Fundamentos filosóficos da moral. Teorias morais: ética das virtudes, ética deontológica e utilitarismo. Ética, ciência e tecnologia. Ética e Política, Ética e Economia. Ética aplicada: bioética, ética ambiental e ética profissional. Código de ética do administrador.

Bibliografia Básica:

AREND, Hanna. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

ARISTOTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

BENTHAM, J. **Princípios da moral e da legislação**. São Paulo: Nova Cultural, 1980.

Bibliografia Complementar:

CORTINA, Adela. **Ética mínima**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. São Paulo: Cultural, 1978.

MANFREDO, O. **Correntes fundamentais da ética contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 2000.

TUGENDHAT, E. **Lições sobre ética**. Petrópolis: Vozes, 1997.

RAWLS, J. **Uma teoria da justiça**. Lisboa, Editorial Presença, 1993.

Tecnologia básica de informação e de comunicação na Governança Pública

Ementa: Conceitos de infra-estrutura de tecnologia da informação e comunicação – tic. Utilização dos sistemas de apoio à aprendizagem. Sistemas de busca de informações científicas. Conceitos de sistemas operacionais. Uso de editores de textos aplicado à administração. Uso de planilhas de cálculo aplicadas à administração. Uso de softwares proprietários e abertos. Modelos de Governança de TI

Bibliografia Básica:

LAUDON, K.C. e LAUDON J.P. **Management information systems: organization and technology in the networked enterprise**. 6 ed. New Jersey: Prentice Hall, 1999. 662p.

YOURDON, Eduard. **Análise estruturada de sistemas**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

GARFINKEL, Simson. **Comércio & segurança na web - riscos, tecnologias e estratégia**. São Paulo: Market Press, 1999.

Bibliografia Complementar:

LAUDON, Kenneth C.; **Management Information Systems: Managing the Digital Firm** (7th Edition). Prentice Hall, 2001

HOLMES, Douglas. Egov: **Ebusiness Strategies for Government**. Addison-Wesley, 2001.

CARLBERG, Conrad. **Administrando a Empresa com Excel**. Editora Makron – 1ª ed. 2003.

RAMALHO, José Antônio Alves. **Microsoft Office xp – teoria e prática. A informação na medida certa**. Berkeley Brasil, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2003.

2ªFASE

Teorias de Administração Pública

Ementa: A abrangência do campo e das teorias de administração pública. As diversas ciências que servem de base para a teorização da administração pública. Os pensadores que formam a base epistemológica para as diferentes abordagens da administração pública. A contribuição de Guerreiro Ramos para a teoria das organizações públicas. A dicotomia entre política e administração pública. O modelo ideal e sua relação com a realidade. O modelo dos negócios para a burocracia pública: a burocracia. O modelo racional de organização e as suas diversas teorias aplicadas à administração pública. A proposta da nova administração pública. O surgimento e declínio da nova gestão pública: o modelo de mercado. As grandes mudanças e o seu impacto na teoria da administração pública. A era da participação. O novo serviço público: o modelo político. Os desafios para a implantação do Novo Serviço Público. O profissional da administração pública e as perspectivas teóricas para a prática da administração pública.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Rui Otávio B. e AMBONI, Nério. **TGA – Teoria Geral de Administração:** das origens às perspectivas contemporâneas. São Paulo: M'Books, 2007.

DENHARDT, Robert B. **Teorias da administração pública**. Tradução técnica e glossário Francisco G. Heidemann. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SALM, J.F. MENEGASSO, M..E. OS Pressupostos para a Implementação do Novo Serviço Público e o Capital Social. **XI Colóquio Internacional sobre Poder Local**, Salvador, 2009.

Bibliografia Complementar:

PEREIRA, José Matias. **Curso de Administração Pública**. Foco nas Instituições e Ações Governamentais. São Paulo. Editora **Atlas**. 2008.

KETTL, Donald F. A revolução global: reforma da administração do setor público. In: PEREIRA, Luiz. Carlos Bresser, SPINK, Peter. 5 ed. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

CARAVANTES, Geraldo R. **Teoria Geral da Administração**. Porto Alegre: Editora AGE, 1998.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública**. São Paulo: Atlas, 2010.

Metodologia Científica e da Pesquisa

Ementa: A Pesquisa científica e a produção de conhecimento científico. Relevância da pesquisa científica. A pesquisa científica em cursos de Administração: abordagens, tipos e orientações metodológicas. O projeto de pesquisa: tipos e as etapas para elaboração, desenvolvimento, análise e apresentação dos resultados. Informática e Internet como instrumentos da pesquisa científica. Fontes de financiamento de projetos de pesquisa.

Bibliografia Básica:

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de projetos de pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Avercamp, 2007.

Bibliografia Complementar:

ODEBRECHT S. A. **Compilação dos melhores projetos**: Prêmio Odebrecht para o desenvolvimento sustentável: livro comemorativo 2009. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2009

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CASTRO, C de M. **Como redigir e apresentar um trabalho científico**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: informação e documentação – trabalhos acadêmicos – apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2002.

Psicologia Social

Ementa: A psicologia: conceitos e diferentes perspectivas de estudo; a psicologia social, origens, conceitos, métodos e área de abrangência; o homem na sociedade; a interação social; o pensamento grupal, a cognição social, a conformidade, a persuasão, a formação dos estereótipos, a comunicação de massa e influência social, os apelos da mídia e o comportamento coletivo; conflito grupal e a dissonância cognitiva; a construção social da realidade.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, A. M. d. O., & Jodelet, D. (Eds.). **Representações Sociais: Interdisciplinaridade e diversidade de paradigmas**, Thesarus, Brasília, 2009.

ALVARO, J. L., & Garrido, A. **Psicologia social: Perspectivas psicológicas e sociológicas**, McGraw-Hill, São Paulo, 2007.

FARR, ROBERT. M. **As raízes da psicologia social moderna**, Vozes, Petrópolis, 2008.

Bibliografia Complementar:

GLASSMAN, W. E. & Hadad, M. **Psicologia: Abordagens atuais**. Tradução de Magda França Lopes. 4ª. Ed. Artmed, Porto Alegre, 2008.

LIMA, M. E. O., & PEREIRA, M. E. (Eds.). **Estereótipos, preconceitos e discriminação: Perspectivas teóricas e metodológicas**, EDUFBA, Salvador, 2004.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Vozes, Petrópolis, 2003.

SARRIERA, J. C. (Org.). **Psicologia Comunitária - estudos atuais**. Porto Alegre, 2000.

ROBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2005.

Estatística

Ementa: Áreas de estudo da estatística. População e Amostra. Distribuição de frequências. Representações gráficas. Medidas de tendência e dispersão. Probabilidade. Análise Exploratória de Dados. Análise Bidimensional. Contingência. Dispersão. Correlação. Regressão. Séries Temporais. Testes de hipóteses. Números índices.

Bibliografia Básica:

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. **Estatística básica**. São Paulo: Editora Atual, 2002.

MCCLAVE, James T.; BENSON, P. George; SINCICH, Terry. **Estatística para administração e economia**. Traduzido por Fabrício Pereira Soares e Fernando Sampaio Filho. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

LARSON, Ron; FARBER, Bruce H. **Estatística aplicada**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Bibliografia Complementar:

LEVINE, David. M.; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David. **Estatística: teoria e aplicações (usando o Microsoft Excel em português)**. Rio de Janeiro: LTC editora, 2000.

SPIEGEL, Murray R.; SCHILLER, John J.; SRINIVASAN. **Probabilidade e estatística**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FONSECA, J. S. da., MARTINS, G. de A. **Curso de estatística**. São Paulo: Atlas, 1995.

FREUND, J. E.; SIMON, G. A. **Estatística Aplicada: economia, administração e contabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

KAZMIER, L. J. **Estatística aplicada à economia e administração**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.

Finanças Públicas

Ementa: Finanças públicas: teorias, conceitos, evolução. Finanças públicas no Brasil.

Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas. Tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Política fiscal e distribuição de renda. Reforma tributária e federalismo. Finanças pública locais. Política fiscal nos estados e municípios.

Bibliografia Básica:

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças Públicas**. 2. ed. Rio de Janeiro:Campus, 2001.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

RIANI, Flávio. **Economia do Setor Público**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

Bibliografia Complementar:

DALTON, Hugh. **Princípios de Finanças Públicas**. Tradução: Maria deLourdes Modiano. 4 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1980.

ARVATE, Paulo Roberto. **Economia no Setor Público do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CAMPELLO, C. **Administração financeira municipal**. São Paulo: Atlas, 2000.

FILELLINI, A. **A economia do setor público**. São Paulo: Atlas, 1990.

KILSZTAJN, S. (Org.). **Déficit e dívida pública**. São Paulo: PUCSP, 1996

Relações Interinstitucionais na Governança Pública

Ementa: Conceitos básicos. As relações interinstitucionais como estratégia de governança pública. As relações interinstitucionais, a coordenação e a liderança de redes de produção dos serviços públicos. O poder e o simbólico na liderança e nas relações interinstitucionais. As estratégias nas relações interinstitucionais públicas, privadas e do terceiro setor. A comunidade, o interesse público e as relações interinstitucionais no nível local e regional. As relações interinstitucionais nas diversas esferas de poder público e a governança pública. Relações interinstitucionais formais nos três níveis do governo brasileiro.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: 1988.11ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1999.

FLEISCHER, D. V.. **Intergovernmental Relations in Brazil: Recurring Problems and Attempted Solutions**. In: School of Government. (Org.). Intergovernmental Relations: AN International Comparative Survey. Capetown: University of West Cape & NDI, 1997

SUMIYA, Lilia A., FRANZESE, Cibele. **Relações intergovernamentais: o Fundef e a municipalização do ensino fundamental no Estado de São Paulo**.

Bibliografia Complementar:

STEINBERG, Herbert. **A dimensão humana da governança corporativa: pessoas criam melhores e piores práticas**. São Paulo: Editora Gente, 2003.

PEREZ, Marcos Augusto. **A administração pública democrática: institutos de participação popular na administração pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

SUNDFELD, Carlos Ari. *et al.* **Parcerias Público- Privadas**. 1 ed. São Paulo: Malheiro Editores, 2007.

In: VIEITEZ, C. G.; BARONE, R. E. M. (Orgs.). **Educação e Políticas Públicas -tópicos para o debate**. São Paulo: Junqueira&Marin Editores, 2007.

MATIAS-PEREIRA, José. **Governança no setor público**. – São Paulo: Atlas, 2010.

3ªFASE

Planejamento e Alocação de Recursos em Governança Pública

Ementa: Planejamento e políticas públicas. Evolução do Planejamento no Brasil. Planejamento de órgãos públicos. Dimensão estratégica e operacional do planejamento público em sistemas de governança pública. Teorias e modelos de planejamento governamental. Avaliação e acompanhamento como parte do processo de planejamento. Construção de indicadores de monitoramento e avaliação. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Planejamento governamental no Brasil contemporâneo. concepção, estrutura e sistema do PPA. Engajamento democrático. Metodologias de planejamento participativo em governança pública.

Bibliografia Básica:

FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1995.

PEREZ, Marcos Augusto. **Administração Pública democrática**: institutos de participação popular na Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 2004.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento estratégico municipal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

Bibliografia Complementar:

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 15ª ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Planejamento estratégico municipal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

FISCHER, T. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

CARVALHO, HORÁCIO M., **Introdução à teoria do planejamento**. São Paulo: Brasiliense, 1976.

LAFER, BETTY M., **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

Fundamentos da Teoria Econômica

Ementa: Conceitos básicos da teoria econômica. Principais pensadores da teoria econômica. As teorias econômicas. A microeconomia. O mercado e os agentes econômicos. A lei da oferta e da demanda. A formação dos preços. Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; Moeda, juros e renda; Economia Aberta; Política econômica; O papel do governo; Inflação. Ideologia Neoliberal, novos Keynesianos, terceiro setor e outros. Aspectos contemporâneos na economia.

Bibliografia Básica:

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

LEITE, J. A. **A Macroeconomia: Teoria, Modelos e Instrumentos de Política Econômica**, Atlas, São Paulo, 1994.

MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia**. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008

Bibliografia Complementar:

MONTORO FILHO, André Frano, (et al.) **Manual de introdução à economia**(Wladimir Pereira, Coordenador). São Paulo: Saraiva, 1984.

PASSOS, C. R. **Princípios de economia**. São Paulo: Pioneira, 2000.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2003

Wladimir Pereira, coodenador. São Paulo:Saraiva, 1984. (MANUAL USP).

LOPES, L. M. & VASCONCELLOS, M A S. **Manual de macroeconomia básico e intermediário**. São Paulo: Atlas, 2000.

HALL, R.E. e TAYLOR, J.B. **Macroeconomia: Teoria, Desempenho e Política**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

Ciência Política e Democracia

Ementa: A política, conceito clássico e moderno. Os pensadores clássicos gregos. A democracia e as suas diferentes formas. A participação como essência da democracia. A comunidade. A influência de Machiavel. As formas de governo. O estado e a sociedade como fenômenos modernos. Os partidos políticos. Os regimes políticos. A representação. A dominação, poder e legitimidade. O modelo liberal do estado. O Welfare State e a transformação do liberalismo. O retorno à comunidade e a importância política da governança pública. As manifestações em prol da democracia e os movimentos sociais. O futuro da democracia.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do Jogo**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. Rio: Forense, 1976.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Brasília: UnB, 2001

FINLEY, Moses. **Política**. In: **Finley, Moses (org.). O legado da Grécia: uma nova avaliação**, Brasília, Ed. UnB, 1998.

Bibliografia Complementar:

LEO MAAR, Wolfgang. **O que é política**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MAGALHÃES, José Antônio Fernandes de. **Ciência política**. Brasília: Vestcon, 2001.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WEBER, Max. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1992.

WEFFORT, Francisco. **Os clássicos da política**. Vols. I e II. São Paulo: Ática, 2003.

Direito Administrativo

Ementa: Direito Administrativo: conceito, fundamentos, princípios da administração pública; processo administrativo. Evolução do Direito Administrativo. Poderes e deveres do administrador público. Regime Jurídico-administrativo. Atos administrativos. Procedimentos administrativos. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a administração pública.

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, M.S.Z. **Direito Administrativo**. 23. ed. São Paulo, Atlas, 2010.

JUSTEN FILHO, M. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MELLO, C.A.B. **Curso de Direito Administrativo**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

Bibliografia complementar

BASTOS, C.R. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 1995.

CRETELLA JR, J. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Forense, 1992.

JUSTEN FILHO, M. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MELLO, C.A.B. **Curso de Direito Administrativo**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

MEIRELLES, H.L. **Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2002.

Ementa: Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento. Execução orçamentária e financeira: Controle da execução orçamentária: Controle Interno e Externo. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo nos municípios. Lei de Responsabilidade Fiscal aplicada à administração municipal.

Bibliografia Básica:

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. **Gestão de Finanças Públicas:** fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 2. ed. Brasília: Editora Paulo Henrique Feijó, 2008.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público.** 11. ed. Amp. Rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2002.

PASCOAL, V. **Direito Financeiro e Controle Interno.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Nilton de Aquino. *et al.* **Planejamento Governamental para Municípios: Plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual.** 2 ed. 2 reimpr. São Paulo: Altas, 2010.

JUND, S. **Direito Financeiro e Orçamento Público.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CARVALHO, D. **Orçamento e Contabilidade Pública.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VASCONCELOS, A. **Orçamento Público.** Rio de Janeiro. Ed. Ferreira 2007.

SANTA CATARINA, **Secretaria de Estado da Fazenda. Manual técnico de orçamento: instruções para a elaboração da proposta orçamentária de Santa Catarina.** Florianópolis: SEF, 2002.

Contabilidade Pública na Administração Pública Municipal

Ementa: Receita e despesa pública. Campo de aplicação da contabilidade pública à administração municipal. Lançamentos contábeis. Plano de Contas. Balanços. Inventário. Patrimônio público municipal. Análise. Controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial no município. Fiscalização Financeira e Orçamentária. Dívida Pública do município. A legislação aplicável à gestão orçamentária e patrimonial do Município. Lei de Responsabilidade Fiscal e relatórios aplicados ao município. RREO e RGFs.

Bibliografia Básica:

ANGELICO, J. **Contabilidade pública**. São Paulo: Atlas, 1992.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade pública: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva. 2008.

AZEVEDO, Maria Thereza Lopes de. **Introdução à contabilidade pública**. 2004.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

_____. Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2001 (**Lei de Responsabilidade Fiscal**).

_____. Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964. **Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal**.

KOHAMA, H. **Contabilidade pública: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Marcos A. **Contabilidade: Pública Municipal - Balanços Governamentais**. Editora: UMESP – Metodista, São Paulo, 2007

Ementa: Principais conceitos sobre liderança e redes. Os diversos estudos sobre liderança. As tipologias de liderança. As semelhanças e diferenças entre liderança nas organizações formais públicas e na governança pública. A liderança transformadora e a governança pública. A liderança e as redes que produzem os serviços públicos em sistemas de governança pública. As teorias de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. Desenvolvimento de redes sociais. Métodos e técnicas da análise de redes sociais. Democracia e cidadania na formação de redes sociais. A liderança de movimentos sociais. A reconceitualização de cidadania e a emergência de espaços públicos não estatais. As redes não formais na comunidade. A liderança e a formação de redes intermunicipais e estaduais. As parcerias e consórcios. Redes sociais locais, regionais, no Brasil e na América Latina.

Bibliografia Básica:

BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (ed.) **Networks and organizations: structure, form, and action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, p. 397-429, 1992.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. (Coords.). **Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

Bibliografia Complementar:

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 3a. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

TEIXEIRA, Francisco (Org). **Gestão de redes de cooperação interempresariais**. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

WHEATLEY, Margaret J. **Liderança e a nova ciência: aprendendo organização com um universo ordenado**. São Paulo: Cultrix, 1999.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica**. Fundação Friedrich Ebert Stiftung.

Governança Pública Municipal e Regional I

Ementa: Origem do Município. A organização do Município. O Poder Legislativo. O Poder executivo municipal. Competência Municipal. A relação do município com os poderes da esfera estadual e federal. Meios de ação municipal. Servidores municipais. Administração dos bens municipais. Serviços públicos municipais. Poder de Polícia Municipal. Controle das Funções Municipais. Responsabilidade de prefeitos e Vereadores. A participação e o poder local. As estratégias de produção dos serviços públicos na esfera do município e por meio de consórcios regionais. As formas de governança para a coprodução dos serviços prestados ao cidadão no município e na Região.

Bibliografia Básica:

ARAÚJO, F. D. **Motivação e Controle de Ato Administrativo**, Belo Horizonte; Del Rey, 1992.

BIZELLI, J. L., FERREIRA, D. A. O (org). **Governança Pública e Novos Arranjos de Gestão**. Jacinta Editores, Piracicaba, 2009.

VERGARA, Sylvia Constant; CORRÊA, Vera Lúcia de Almeida (orgs.). **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Bibliografia Complementar:

KANAANE, Roberto; FILHO, Alécio Fiel; FERREIRA, Maria das Graças. *et al.* **Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas**. São Paulo: Atlas, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant; CORREA, Vera Lúcia de Almeida. **Propostas para uma gestão pública municipal efetiva**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

SIGUIN. E. **Estatuto da cidade**. Rio de Janeiro: Forense. 2002.

BASTOS, E. C. (Coord.). **Novos Rumos da Autonomia Municipal**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

Relações de Trabalho em Organizações públicas municipais e sociais

Ementa: As organizações e a administração de pessoas. Evolução da administração de pessoas. Funções Administrativas e operacionais de administração de pessoas. Desafios da gestão de pessoas. Cargos e salários e a estrutura formal da administração de pessoas nas organizações públicas e nas organizações sociais e do terceiro setor. A governança pública. As organizações menos hierarquizadas e a gestão de pessoas. Educação e treinamento das pessoas para a ação de governança. Metodologias aplicadas nos processos de avaliações de desempenho profissional. Estruturação dos Cargos e Funções no Setor Público. Prêmios e Recompensas. O comportamento humano nas organizações. O modelo explicativo do comportamento. Teorias da motivação no trabalho. Valores humanos e motivação: o significado do trabalho. Cultura organizacional: conceitos elementos e importância. A governança pública e a nova visão da administração de pessoas. O perfil e competências do administrador público para a gestão de pessoas em sistemas de governança pública.

Bibliografia Básica:

BITENCOURT, Claudia et al. **Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

BRASIL. Plano estratégico para a área de recursos humanos da administração pública federal. Brasília: **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**, 2002.

BOHLANDER, G; SNELL, S; SHERMAN, A. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2003.

Bibliografia Complementar:

BORGES-ANDRADE, J.E., ABBAD, G.; MOURÃO, L. **Treinamento, Desenvolvimento e Educação no Trabalho**. Artmed, 2005.

CHANLAT, Jean François. Quais carreiras e para qual sociedade? **RAE: Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 67-75, nov./dez. 1995.

DEMO, G. **Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da Justiça Organizacional**. São Paulo, Atlas, 2008.

FRANÇA, A.C.L. **Práticas de recursos humanos: conceitos, ferramentas e procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2007.

MORGAN, G. **Imagens da Organização**. São Paulo: Atlas 1996.

Regionalidade, sustentabilidade e desenvolvimento de territórios

Ementa: Território e os fundamentos do desenvolvimento sustentável. Território: conceitos e teorias de espaço. Perspectiva estratégica do desenvolvimento e da qualificação territorial. O território como espaço de mudança. A construção de identidade e cidadania. A confiança, redes, solidariedade, cooperação como fatores do capital social para o desenvolvimento de territórios. A Governança do território e a sustentabilidade.

Bibliografia Básica:

BUARQUE, S. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Gramond, 2002

CAMARGO, A.L. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. Campinas: Papirus, 2003.

FISCHER, T. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

Bibliografia Complementar:

JARA, C.J, **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Recife: SEPLAN – PE, 1998.

PUTNAM, R.D.; LEONARDI, R.t; NANETTI, R.Y. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

RAMOS, Maria Helena Rauta (org.). **Metamorfoses sociais e políticas urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002;

RAMOS, A. G. **A Modernização em Nova Perspectiva**, In: HEIDEMANN & SALM. Políticas públicas e desenvolvimento: Bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UNB, 2009.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

5ªFASE

Políticas Públicas e Regionalidade

Ementa: Política pública, conceitos e áreas de estudo. Origens dos estudos sobre política pública. Campos de estudo da política pública. Principais teorias e abordagens. A tomada de decisões em política pública. Principais momentos do processo de política pública. A agenda, formulação, tomada de decisão política, implementação e avaliação. A mudança e política pública. Os estudos sobre regionalidade e a política pública. A prática da política pública e a regionalidade.

Bibliografia Básica:

GIL, A. C., GARCIA, A.J., KLINK, J. Região, Regionalismo e Regionalidade. **Caderno de Pesquisa IMES**, ano 5, nº 9, 2003.

HEIDEMANN, F. G., SALM, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento: Bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UNB, 2009.

JUNQUEIRA FILHO, F. Regionalidade e o Desenvolvimento Empresarial. **Revista de Ciências Gerenciais**, Valinhos, SP, Vol. XXII, Nº14, 2008

Bibliografia Complementar:

LINDBLOM, Charles E. **O processo de decisão política**. Brasília: UNB, 1981

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

OLIVEN, Ruben G. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação**. Petrópolis: Vozes, 1992.

TEIXEIRA, E. C.; RIBEIRO, I. (orgs.) **Políticas Públicas e Cidadania**. Coleção Ufba em Campo - Estudos. Salvador: EDUFBA/PROEX, 2001.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, categorias de análise, casos práticos**.

Mimeo, São Paulo: Atlas, 2010.

Educação e sensibilização ambiental

Ementa: A relação natureza e desenvolvimento. A valoração do meio ambiente. Conceitos básicos em gestão ambiental. Licenças ambientais. Impactos ambientais. Passivo ambiental. Redução de resíduos, coleta, classificação e descarte de resíduos. Tecnologias não agressivas. Crimes ambientais, Norma ISO 14001. Sistema de Gestão Integrada (SMS).

Bibliografia Básica:

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

LOPES, Ignez Vidigale *et al.* (Org.) **Gestão Ambiental no Brasil: experiência e sucesso**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond. 2000.

Bibliografia Complementar:

LEFF, Enrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: 2006.

LOREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002, 255p.

MEDINA, N. M.; SANTOS, E. C. **Educação Ambiental: uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis: Vozes, 1999, 232p.

TOZONI-REIS, M.F.C. **Educação ambiental: natureza, razão e história**. Campinas: Autores Associados, 2004, 182 p.

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson. (orgs.) **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004;

Economia Brasileira

Ementa: A economia brasileira no início do século XX: modelo exportador, agropastoril e mineral. A economia brasileira e o processo de industrialização. Processo de substituição de importações. Crescimento com endividamento externo e inflação. A renegociação da dívida externa. Os diversos planos de combate à inflação A experiência do Real. As políticas sociais no governo Lula. A econômica brasileira no século 21.

Bibliografia Básica:

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 23 ed. São Paulo, Nacional. 1989

LAFER, B. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro**, Rio de Janeiro: Zahar, 1984

LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira. **Economia Brasileira - Fundamentos e Atualidade**. São Paulo: Atlas, 2006

Bibliografia Complementar:

LOPES, L. **Economia Brasileira: Da Estabilização ao Crescimento**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARIANO, Jefferson. **Introdução à Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SOUZA, Nilson Araújo de. **Economia Brasileira Contemporânea**. São Paulo: Atlas, 2008.

VERSIANI, F. **Formação Econômica do Brasil: A Experiência da Industrialização**, São Paulo: Saraiva, 1978.

BAER, W. **A economia brasileira**. São Paulo. Nobel, 1996

Processos Licitatórios na Administração Pública Municipal

Ementa: Legislação e princípios da Licitação para a administração pública municipal. Concorrência. Tomada de preços. Convite. Concurso. Leilão. Pregão. Comissão de licitação. Fases do processo licitatório. Controle da licitação. Contrato administrativo e cautelas a administração pública municipal. Traços Distintivos entre o contrato administrativo e o contrato de direito privado. Contrato de adesão. Presença de

cláusulas exorbitantes. Exigência de garantia. Alteração unilateral. Rescisão unilateral. Fiscalização. Anulação. Contrato de obras municipais. Contratos de serviço municipais. Contrato de compra para o município. A questão da governança pública no município e região e o processo licitatório.

Bibliografia Básica:

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na Administração Pública**: concessão, permissão, franquia

JUSTEN F. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. Rio de Janeiro: Dialética, 2005

MEIRELLES, Hely Lopes. **Licitação e contrato administrativo**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

Bibliografia Complementar:

CRETELLA JR. **Curso de Direito Administrativo**, Rio: Forense, 2001. DALLARI, Adílson Abreu. Aspectos Jurídicos da Licitação. São Paulo: Saraiva

TOLOSA F. **Pregão**: uma nova modalidade de licitação. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

CHIARADIA, B. **O Novo Código Civil e os Contratos Administrativos da Lei 8666/93**. São Paulo, Temas & Idéias, 2004.

PEREIRA, J. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 1ªed. Atlas, 2007.

Administração de Materiais e de Patrimônio na Administração Pública Municipal

Ementa: Administração de Materiais: principais conceitos aplicados à administração pública municipal. Classificação, especificações e normalização de materiais. Gestão de estoques, dimensionamento de estoques, rotatividade de materiais, estoque mínimo, ponto de pedido e custos. Armazenagem: princípios, funções e arranjo físico das instalações. Gestão de transporte e logística. A administração do patrimônio municipal. Procedimentos para a administração patrimonial. Seguros dos bens patrimoniais do município. Segurança patrimonial do município. A governança pública regional e

municipal e a administração do patrimônio local e regional.

Bibliografia Básica:

DIAS, M. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas, 1996.

FRITZMMONS, J.A. **Administração de Serviços**. Porto Alegre: Bookman, 1998.

GONÇALVES, Paulo Sérgio. **Administração de materiais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Bibliografia Complementar:

POZO, H. **Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas, 2001.

VIANA, J. J. **Administração de materiais: um enfoque prático**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, P. G.; ALT, P. R. C. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2002.

JOHNSTON, R.; Clark, g. **Administração de Operações de Serviço**. São Paulo: Atlas, 2002.

SLACK. N. **Administração da Produção**. São Paulo: Atlas, 2002.

6ªFASE

Processos de Negociação em Governança Pública

Ementa

Noções gerais sobre resolução alternativa de conflitos. Noções gerais do conflito. Negociação: conceitos e princípios. A comunicação e o negociador. Etapas de negociação. A empatia e o poder. As equipes de negociação. A mediação e a arbitragem: as suas práticas. O feedback. Os conflitos locais e regionais e a sua mediação e negociação. A resolução dos conflitos nas redes de produção dos serviços públicos. A participação e o diálogo.

Bibliografia Básica:

BAZERMAN, M.H. e NEALE, M.A. **Negociando Racionalmente**. Editora Atlas, 1995

BURDRIDGE, R.Marc. **Gestão da negociação**. São Paulo: Saraiva, 2005.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. Manual da arbitragem. São Paulo: Revista dos Tribunais,

1997, p.102 FISHER, Roger e URY, William. **Como chegar ao Sim**. Editora Imago, São Paulo, 1985.

LEWICKY, Joy; SAUNDERS, David; MINTON, John. **Fundamentos da Negociação**. Porto Alegre. Bookman, 2002.

YANKELOVICH, D. **The Magic of DIALOGUE**. Simon & Schuster, New York, 1999.

Bibliografia Complementar:

COVEY, Stephen R. **Os sete hábitos de pessoas altamente eficazes**. São Paulo: Editora Best Seller, 1989.

MARTINELLI, D. P., ALMEIDA, A. P. **Negociação e solução de conflitos**: do impasse ao ganha-ganha através do melhor estilo. São Paulo: Atlas, 2009.

ALBRECHT, Karl. **Agregando valor à negociação**. São Paulo: Makron Books, 1995.

BERLO, David K. **O processo da comunicação: introdução à teoria e prática**. 9ª. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARCONDES, Odino. **Como chegar a excelência em negociação: administrando os conflitos de forma efetiva para que todos ganhem**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1993.

Gestão Social em Espaços Regionais e Locais

Ementa: Conceito de gestão social. A participação e o desenvolvimento humano na sociedade e no trabalho como focos da gestão social. A democracia deliberativa e a gestão social. Revalorização da esfera local. O desenvolvimento local e regional. A arte de construir redes de governança democrática.

Bibliografia Básica:

BORDIEU, P. **Espaço Social e Espaço Simbólico** in Razões Práticas: sobre a teoria da ação. Papirus Editora, Campinas, 2001.

DAGNINO, E. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: DAGNINO, E. (org.) **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FISCHER, T. **Poderes locais, gestão e desenvolvimento**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002

Bibliografia Complementar:

PEREIRA, J., CANÇADO, A., SILVA JR, J., RIGO, A. **Gestão Social e Gestão Pública: Interfaces e Delimitações**. Ed. UFLA, Lavras, 2011.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão social**: metodologia e casos. Rio: FGV, 1998.

CASSIOLATO, José E.; LASTRES, Helena M. M. (Coords.) **Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica**. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper, n. 28, Set, São Paulo, 2001.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

Desenvolvimento Institucional e de Comunidades

Ementa: Desenvolvimento comunitário: conceitos básicos. A diferença entre os conceitos de sociedade e de comunidade. O conceito de instituição e de poder local. A caracterização da comunicação, linguagem, símbolos, rituais, ideologias e instituições no desenvolvimento comunitário. A vida política e as suas instituições. A ordem social. O desenvolvimento comunitário como ação política e de articulação entre os seus membros. O desenvolvimento comunitário e o diálogo. A liderança na comunidade como articulador e facilitador do desenvolvimento comunitário. As relações indivíduo-coletividade. A estratificação social. Os processos de desenvolvimento comunitário. A diferença entre associações, grupos de interesse e comunidade. O desenvolvimento comunitário e de suas instituições e a governança pública.

Bibliografia Básica:

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Municipalização para o desenvolvimento**. Campo Grande, UFMS, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1998.

Carvalho, Vilson Sérgio. **Educação Ambiental & Desenvolvimento Comunitário**. Editora

WAK. Rio de Janeiro, 2002

CASTRO, Celso (org.). **Antropologia cultural**/ Franz Boas: textos selecionados. 6. Ed. Rio de Janeiro (RJ): J. Zahar, 2010.

JELIN, E. **Construir a cidadania. Lua Nova-Cultura e Política**. São Paulo. 1994

Bibliografia Complementar:

AMMANN, S.B. Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil. São Paulo. Ed. Cortez, 1985.

SCHLITTLER, C. R. B.. **Redes de Desenvolvimento Comunitário: Iniciativas para a transformação social**. Ed. Globo, Rio de Janeiro, 2004

SCHLITTLER, C. R. B.. **Desenvolvimento de lideranças comunitárias: reflexões e sugestões**. São Paulo: IDIS-Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, 2008

TORO, Bernardo & DUARTE, Nísia Maria. **Mobilização Social: um Modo de Construir a Democracia e a Participação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

COLLEYN, Jean-Paul. **Elementos de Antropologia Social e Cultural**, Edições 70, 2005.

Governança Pública Municipal e Regional II

Ementa: Administração Pública e Cultura Política Brasileira: história e particularidades. Panorama internacional de sistemas de governança e administração pública. Organizações econômicas internacionais e sua influência no Estado Brasileiro (FMI, Banco Mundial, Gatt, OMC, Comunidade Européia, ONU, OCDE, Mercosul, etc.). Políticas comerciais, financeiras e monetárias. Relação Norte e Sul. Estruturas de interface governamental. Administração Pública municipal: características e problemas. A autonomia e os limites da ação da gestão pública municipal. Experiências na gestão pública municipal

Bibliografia Básica:

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2002.

MEIRELES, Hely Lopes. **Direito municipal brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2006.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade**. In: Heidemann, F. G. e Salm, J. F. **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

RIBEIRO, Antonio S. M. **Corrupção e controle na administração pública brasileira**. São Paulo: Atlas, 2004.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PEREIRA, José Matias. **Administração pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas do Brasil, EUA e União Européia**. Revista de Administração Pública, 42 (1) pgs 61-82, jan-fev 2008.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Nilton de A. (org.). **Planejamento governamental para municípios: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

CAULLIRAUX, Heitor; YUKI, Mauro (org.). **Gestão pública e reforma administrativa: conceitos e casos a experiência de Florianópolis**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

MARINI, Caio. O **contexto contemporâneo da Administração Pública na América Latina**. Revista do Serviço Público. Ano 53. No. 4. Out-Dez 2002. Disponível em: http://arquivos.cruzeirosulvirtual.com.br/materiais/disc_POS/2011/gpoc/un_V/administracao.pdf

FERRER, Florencia et. al. **Gestão pública eficiente: impactos econômicos de governos inovadores**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

PINA, Vitor M. D. de C. et al. **Manual para diagnóstico de administração de empresas**. São Paulo: Atlas, 1980

Mobilidade em espaços urbanos

Ementa: Estatuto da Cidade. Instrumentos Urbanísticos. Plano Diretor: objetivos, ferramentas. Plano Diretor de Transporte. Perímetro, zoneamento urbano e infraestrutura básica. Trânsito e Mobilidade Urbana. Características do tráfego; as principais modalidades e

suas características físicas e operacionais; o modo aeroviário; o modo hidroviário, o modo rodoviário, o modo ferroviário; o modo autoviário e noções sobre terminais de transporte. Os sistemas logísticos e de transportes, Processo de planejamento e projeto. Legislação de Trânsito. Mobilidade urbana e sistemas de governança pública em territórios locais e regionais.

Bibliografia Básica:

- CASTELLS, M.; BORJA, J. **As cidades como atores políticos**. Revista Novos Estudos: CEBRAP. n. 45, p. 152-156, julho, 1996.
- CHOAIS, Françoise. **O Urbanismo**. São Paulo. Perspectiva, 1998
- CORRÊA, Roberto L. **O espaço Urbano**. São Paulo: ed. Ática, 1989.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. Campinas: Alínea, 2006.
- LACAZE, Jean-Paul. **Os Métodos do Urbanismo**. Campinas: ed. Papírus, 1993.

Bibliografia Complementar:

- MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson. (orgs.) **Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004;
- RATTNER, Henrique. **Planejamento urbano e regional**. São Paulo: Nacional, 1974.
- RATTNER, FERRARI, Célson. **Curso de planejamento municipal integrado: urbanismo**. 5 ed. São Paulo: Pioneira, 1986.
- RIBEIRO, Helena; VARGAS; Helena Comin (orgs.). **Novos Instrumentos de Gestão Urbana**. 1ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- MARICATO, E. **Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

7ªFASE

Metodologias para Elaboração e Implantação de Projetos

Ementa: Conceitos básicos. Equipes de projeto. Ciclos e fases do projeto. Definição de recursos e dos controles de planejamento do projeto. Criação do plano de projeto.

Avaliação e controle do desempenho do projeto. As metodologias para elaboração e gestão de projetos. As certificações nacionais e internacionais. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. A captação de recursos.

Bibliografia Básica:

CLEMENTE, Ademir (Org.). **Projetos empresariais e públicos**. São Paulo: Atlas, 2002.

CARVALHO, Marly Monteiro; REBECHINI JUNIOR, Roque. **Gerenciamento de projetos na prática** (casos brasileiros). São Paulo: Atlas, 2006.

CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. **Gestão de projetos**. São Paulo: Thomson, 2007.

Bibliografia Complementar:

CONTADOR, Cláudio R. **Projetos sociais: avaliação e prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. **Trabalhando com projetos**:

HELDMAN, K. **Gerência de projetos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MENEZES, L.C.M. **Gestão de Projetos**. São Paulo: Atlas, 2001.

VALERIANO, Dalton L. **Gerência em Projeto**. Makron Books. S. Paulo, 1998.

Trabalho de Conclusão de Curso I

Ementa: O projeto e pesquisa: tema, problema, justificativa e fundamentação teórica. Abordagens de Pesquisa. Técnicas de coleta e de análise de dados na pesquisa em Administração Pública. Planejamento e organização do trabalho de conclusão de curso.

Comunicação e Marketing na Governança Pública

Ementa: Filosofia, papel e impacto do marketing nas organizações e na sociedade. Estudo e tendências da comunidade local e regional para definição do interesse público. Estudos e definições sobre a prestação e utilização dos serviços públicos. Compatibilidade dos interesses do cidadão com os da administração pública.

Organização do marketing social. O sistema de formação e do planejamento do marketing social. O marketing de relacionamento na governança pública municipal e regional. O município e região na visão do marketing social.

Bibliografia Básica:

DIAS; Sérgio Roberto et al **Gestão de Marketing**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERRELL, O. C.; HARTLINE, Michael D. **Estratégia de marketing**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 9. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2003.

Bibliografia Complementar:

KOTLER, Philip. **Marketing social**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

THOMPSON, M. **Marketing social**. São Paulo: Makron 2000.

RICHES, Raimar. **Marketing: uma visão brasileira**. São Paulo: Negócio Editora, 2000.

VAZ, G. **Marketing Institucional: O Mercado de Idéias e Imagens**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

KOTLER, P. **Administração de Marketing: análise, planejamento e controle**. São Paulo. Atlas, 1991.

Racionalização e organização do Trabalho na administração pública municipal

Ementa: A racionalização como atividade permanente na atividade produtiva humana. A racionalização e a inovação. A reorganização do trabalho e das estruturas de produção dos serviços público municipais. O espaço físico e o espaço corporal do servidor. Os fluxos do trabalho e a distribuição do espaço físico: os fluxogramas. Processos. Formulários e manuais. Departamentalização e flexibilização. Centralização e Descentralização. A estrutura organizacional como instrumento de divisão do trabalho e do poder. Estruturas flexíveis.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, D. **Estrutura Organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006

GIBSON, J.L., IVANCEVICH, J.M., DONNELLY, J.H. - **Organizações: comportamento, Estrutura e Processos**. São Paulo: Atlas, 1981.

LAWRENCE, P.R., LORSCH, J.W. - **O Desenvolvimento de Organizações: Diagnóstico e Ação**. São Paulo: Edgard Blücher, 1972

Bibliografia Complementar:

ARAUJO, Luiz César de **Organização, Sistemas e Métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: Uma abordagem gerencial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SALERNO, MARIO SERGIO. **Projeto de organizações integradas e flexíveis**. São Paulo: Atlas, 1999

Planejamento e gestão de projetos educacionais. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

PMI. PMI-BOK – **Book of Knowledge**. Trad. Equipe PMI-MG. Belo Horizonte: PMI/MG, 2002.

VASCONCELLOS, E. e HENSLEY J.R. **Estrutura das Organizações: Estruturas Tradicionais, Estruturas para Inovação, Estrutura Matricial**. São Paulo: Pioneira

Estágio Curricular Supervisionado I

Ementa: O Estágio Curricular consiste em uma atividade obrigatória do Curso de Administração Pública que tem por objetivo proporcionar ao aluno experiência profissional, observando e aplicando conhecimentos adquiridos durante seu curso de graduação. O estágio deverá ser desenvolvido em órgãos públicos ou empresas privadas caracterizadas como pessoas jurídicas, com atuação na área da Administração Pública. As atividades de Estágio possuem normas e regulamentos para seu efetivo acompanhamento e monitoramento definidos pelo Colegiado de Curso, seguindo a legislação pertinente.

Ementa: Controle social: conceitos e abordagens. Controle social na ciência social e na ciência política. Teorias sobre controle social. Controle social do Estado sobre a sociedade civil. Controle social da sociedade civil sobre o Estado. Controle social compartilhado entre o Estado e a sociedade civil. Principais conceitos associados ao controle social. A participação e o controle social. O conceito de accountability e suas tipologias. A accountability e o controle social no contexto da democracia. A accountability na administração pública. Accountability e os modelos de administração pública. Controle social e accountability em sistemas de governança pública e coprodução em rede. Experiências de controle social e de accountability em governança pública.

Bibliografia Básica:

ALVAREZ, M. C. **Controle social: notas em torno de uma noção polêmica.** São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 1, p. 168-176. 2004.

BARACHO, Maria Amarante Pastor. **A importância da gestão de contas públicas municipais sob as premissas da governance e accountability.** Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 34, n. 1, jan./mar. 2000

ROCHA, Arlindo Carvalho. **Accountability na Administração Pública: Modelos Teóricos e Abordagens. Contabilidade, Gestão e Governança.** Brasília, v. 14, n. 2, mai-ago 2011. p. 82-97. CALVI, K. U. **O controle social nos conselhos de políticas e de direitos.** Emancipação, v. 8, n. 1, 2008.

Bibliografia Complementar:

KALDOR, M. Civil society and accountability. Journal of Human Development. v. 4, n. 1, p. 6-27. 2003.

KALDOR, Mary. LAVALLE, A. G.; CASTELLO, G. **Sociedade civil, representação e a dupla face da accountability: cidade do México e São Paulo.** Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 52, p. 67-86. jan./abr. 2008.

SOUZA, R. de O. **Participação e controle social.** In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.; LEAL, M. C. (Org.) **Política social, família e juventude: uma questão de direitos.** São Paulo: Cortez,

p. 167-187. 2004.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

Sistemas de informação para Governo Aberto

Ementa: Infraestrutura de tecnologia de informação e comunicação para o governo. Legislação e políticas de tecnologia de informação para prestação de serviços públicos. Planejamento estratégico de sistemas de informação governamental. Gerência de custos de sistemas de informação governamental. Sistemas de informações corporativo e governamental.

Bibliografia Básica:

GARSON, G. David. Handbook of public information systems. January 2000.

_____. Public information technology: policy and management, 2003.

FERRER, Florência; SANTOS, Paula (orgs.). **E-government: o governo eletrônico no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

Bibliografia Complementar:

ELMAGARMID, Ahmed & McIVER, William J. Advances in digital government, 2002.

TERRA, José Cláudio e GORDON, Cindy. **Portais Corporativos: a Revolução na Gestão do Conhecimento** 6. ed. São Paulo: Elsevier, 2002.

HOLMES, Douglas. **e-Gov: e-Business Estratégias para Governo**. Nicholas Brealey PUB., 2002.

NONAKA, Ikujiro, TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de Conhecimento na Empresa** .13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FOUNTAIN Jane E,. **Building the Virtual State: Information Technology and Institutional Change**. Washington, DC. Brookings Press, 2001. 251p.

Platform for Realising Online One-Stop Government (eGOV). Disponível em: <http://www.egov-project.org/>

Implementação de Serviços Públicos

Ementa: Origem e história dos estudos sobre implementação. A organização burocrática como estratégia para implementação. O entendimento do processo das políticas públicas. A interface entre implementação e a teoria organizacional, processo de tomada de decisão, mudança organizacional e relações intergovernamentais. As leis e o desenvolvimento de programas e projetos para sua execução. Tipologias de implementação: a implementação como decisão hierárquica de cúpula; a implementação como participação da base e da comunitária; a implementação como processo de integração e participação das diversas redes que produzem o serviço público. A implementação sob a perspectivas dos modelos de administração pública. A coprodução dos serviços públicos como estratégia de implementação. A governança pública e as estratégias de implementação.

Bibliografia Básica:

GOGGIN, M. et al. **Implementation theory and practice: towards a third generation.** Glenview: Foresman, Little & Brown, 1990.

LESTER, J.P.; GOGGIN, M. **Back to the future: the rediscovery of implementation studies.** Policy Currents, Albuquerque, v. 8, n. 3, p. 1-9, 1998.

LOTTA, Gabriela S. Estilos de implementação: ampliando o olhar para análise de políticas públicas. **EnAPG.** Salvador/BA Novembro de 2008.

Bibliografia Complementar:

NAJBERG, E. BARBOSA, N. Abordagens sobre o processo de implementação de políticas públicas. **EnAPG.** São Paulo. Novembro de 2006.

RUS PEREZ, J.R. **Reflexões sobre a avaliação do processo de implementação de políticas e programas educacionais.** In: ARDE, M.J. (Org.). Novas políticas educacionais: perspectivas e críticas. São Paulo: PUC-SP, 1998b. v. 1. p. 139-145.

SABATIER, P.A. Top-down and botton-up approaches to implementation research: a critical analysis and suggested synthesis. **Journal of Public Policy,** Cambridge, v. 6, n. 1, p. 21-48.

O'TOOLE JUNIOR, L.J. Research on policy implementation: assessment and prospects. **Journal of Public Administration Research and Theory**, Lawrence, v. 10, n. 2, p. 263-88, 2000.

PRESSMAN, J.; WILDAVSKY, A. **Implementation**. 3. ed. Berkeley: University of California, 1984.

Inovação e Empreendedorismo em Sistemas de Governança Pública

Ementa: Os múltiplos significados do empreendedorismo. Conceitos de Empreendedorismo em sistemas de governança pública. Abordagem behaviorista ou comportamental. As características e habilidades mais relevantes dos empreendedores. Abordagem sobre as habilidades e competências empreendedoras. O empreendedorismo como fomento tecnológico. Empreendedorismo como gestão. Empreendedorismo como estratégia de desenvolvimento local integrado e sustentável. Abordagem econômica do empreendedorismo. A busca de oportunidades e de iniciativas. Busca de informações. Persistência e comprometimento. A inovação e o empreendedorismo. A educação empreendedora. O empreendedor social. Empreendedorismo e interesse público. O empreendedor e a inovação na governança pública.

Bibliografia Básica:

AIDAR, M. M. **Empreendedorismo**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

BORGES, J.; CASADO, T. Empreendedores no divã: entre o Heroic Economic Superman e o Sentient Self. **Anais do XXXIV Encontro da ANPAD**, São Paulo, 2009.

BERLE, G. **O empreendedor do verde**. São Paulo: Mc Graw-Hill, 1991.

COSTA, A.M.; BARROS D. F. A Construção Discursiva do Conceito de Empreendedorismo na Universidade e na Mídia de Negócios Brasileira. **Anais do I ENEPQ**. Recife, 2007

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**, tornando ideias em negócios. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

Bibliografia Complementar:

DRUCKER, P. **Inovação e Espírito Empreendedor**. São Paulo: Pioneira, 1991.

RODRIGUES, L. C. **Empreendedorismo**, construindo empresas vencedoras. Blumenau: Acadêmica, 2001.

DOLABELA, F. **O Segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

CALDEIRA, J. M. **Empresário do Império**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

FEGER, J.E. Empreendedores Sociais e Privados: Existem diferenças? **Anais do I ENAPG**, Rio de Janeiro, 2004.

MELO NETO, F. P.; FROES, C. Empreendedorismo Social: A transição para a sociedade sustentável. São Paulo: Qualimark, 2002.

Trabalho de Conclusão de Curso II

Ementa: Organização e desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso. Redação do trabalho de conclusão de Curso. Apresentação de trabalhos acadêmicos em público.

Estágio Curricular Supervisionado II

Ementa: O Estágio Curricular consiste em uma atividade obrigatória do Curso de Administração pública que tem por objetivo proporcionar ao aluno experiência profissional, observando e aplicando conhecimentos adquiridos durante seu curso de graduação. O estágio deverá ser desenvolvido em órgãos públicos ou empresas privadas caracterizadas como pessoas jurídicas, com atuação na área da Administração Pública. As atividades de Estágio possuem normas e regulamentos para seu efetivo acompanhamento e monitoramento definidos pelo Colegiado de Curso, seguindo a legislação pertinente.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Ementa: Regra de três; Porcentagem; Juros simples; Taxa de juros; Taxa de juros nominal, efetiva e real; Desconto simples; Equivalência de capitais em juros simples; Juros compostos; Desconto composto; Equivalência de capitais em regime de juros compostos; Rendas certas ou anuidades.

Bibliografia Básica

CRESPO, Antônio Arnold. **Matemática Financeira Fácil**. 14 ed. Editora Saraiva. Ano 2009.

SAMANEZ, Carlos Patrício. **Matemática Financeira – Aplicações à Análise de Investimento**. 4 ed. Editora Prentice-Hall Brasil. Ano 2007.

NETO, Alexandre Assaf. **Matemática Financeira e Suas Aplicações**. 10 ed. Editora Atlas. Ano 2008.

Bibliografia Complementar:

VELTER, Francisco; MISSAGIA, Luiz Roberto. **Aprendendo matemática financeira**. 1 ed. Editora Campus. Ano 2006.

PIRES, Lúcio Magno. **Matemática Financeira com Uso do Excel e HP 12C**. 1 Ed. Editora SENAC Distrito Federal. Ano 2009.

ASSAF Neto, A. **Matemática Financeira e suas aplicações**. São Paulo: Atlas, 2000

FARIA, R.G. **Matemática Comercial e Financeira**. São Paulo: Makron Books, 2000

HUMMEL, P. e TASCNNER, M. **Análise e Decisão sobre Financiamento e Investimento**. São Paulo: Atlas, São Paulo, 2002

ANÁLISE E PRODUÇÃO TEXTUAL

Ementa: Considerada a língua como um organismo em permanente movimento, estabelecer algumas discussões acerca dos procedimentos que possibilitam conferir

correção à produção textual. O texto. O parágrafo como unidade de composição. Coesão e coerência. Uso dos verbos. A necessidade de planejar trabalhos de codificação do visual para a escrita e dos escritos para o visual, estático ou cinético. Exame de textos críticos sobre literatura, cinema, imagens etc.

Bibliografia Básica:

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. 20. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar:

BECHARA, Evanildo. **O que muda com o novo Acordo Ortográfico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A interação pela linguagem**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)

Ementa: Aspectos da Língua de Sinais e sua importância: cultura e história, identidade surda, introdução aos aspectos linguísticos na Língua Brasileira de Sinais: fonologia, morfologia e sintaxe. Noções básicas de escrita de sinais. Processo de aquisição da Língua de sinais observando as diferenças e similaridades existentes entre esta e a Língua Portuguesa.

Bibliografia Básica:

BRASIL. MEC/SEESP. **Educação Especial: Língua Brasileira de Sinais** (Série Atualidades Pedagógicas). Caderno 3. Brasília, 1997.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. UFRJ-RJ. Departamento de Linguística e Fitoologia, 1995.

FENEIS. Revista da FENEIS. Nº 06 e 07 (2000) e Nº 10 (2001), Rio de Janeiro. **Língua Brasileira de Sinais**. Belo Horizonte, 1995.

Bibliografia Complementar:

QUADROS, R. M. de. **Educação de Surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira: Estudos Linguísticos**. v.1. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KOJIMA, C. K. , SEGALA, S. R. **Revista Língua de Sinais**. A Imagem do Pensamento. Editora Escala. São Paulo. n. 02 e 04, 2001.

MOURA, Lodi; PEREIRA. **Língua de Sinais e Educação do Surdo** (Série neuropsicológica). v. 3. São Paulo: TEC ART, 1993.

MOURA, M. C. **O Surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

TÓPICOS ESPECIAIS EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Ementa: Aborda temas atuais relativos a políticas públicas específicas ou que apresentam uma peculiar relevância para a formulação, implementação e avaliação de políticas públicas a partir de casos nacionais e internacionais.

Bibliografia básica:

PIRES, R.; LOTTA, G.; OLIVEIRA, V. E. (org.) **Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas**. Brasília: Ipea: Enap, 2018. 413 p.

BRASIL. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex ante**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, volume 1, 2018.

PROCOPIUCK, Mario. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária**. São Paulo: Atlas, 2013. 383 p.

Bibliografia complementar:

GOMIDE, A.; PIRES, R., 2014. **Capacidades Estatais e Democracia: arranjos institucionais de políticas públicas**. Brasília: Ipea.

HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta e MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

LOTTA, G. S.; VAZ, J. C. Arranjos Institucionais de Políticas Públicas: aprendizados a partir de casos do Brasil. **Revista do Serviço Público**, 66(2), 171, 2015.

PETERS, G.; PIERRE, J (org). **Administração Pública – coletânea**. ENAP e Editora UNESP, Brasília, DF, 2010.

BARDACH, Eugene. **A practical guide for Policy Analysis: the eightfold path to more effective problem solving**. Los Angeles: SAGE/COPRESS, 2012. 4 ed.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Ementa: Temas e debates clássicos e contemporâneos no campo. Institucionalismo e neo-institucionalismos. Metáforas e estudos narrativos. Pós-modernismos, pós-estruturalismos e estudos críticos em organizações.

Bibliografia básica:

CALDAS, Miguel P.; BERTERO, Carlos Osmar (Coord.). **Teoria das organizações**. São Paulo: Atlas, 2007.

CLEGG, Stewart R; HARDY, Cynthia,; NORD, Walter R; CALDAS, Miguel Pinto; FACHIN, Roberto Costa; FISCHER, Tânia. **Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções**. São Paulo: Atlas, 2001. v. 2

CLEGG, Stewart R; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R; CALDAS, Miguel Pinto; FACHIN, Roberto Costa; FISCHER, Tânia. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2004. 3 v.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, c1996.

Bibliografia complementar:

AKTOUF, Omar. Administração e teorias das organizações contemporâneas: rumo a um humanismo radical crítico?. **Organ. Soc.**, Salvador , v. 8, n. 21, p. 13-33, Aug. 2001.

CALDAS, Miguel P.; FACHIN, Roberto. Paradigma funcionalista: desenvolvimento de teorias e institucionalismo nos anos 1980 e 1990. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 45, n. 2, p. 46-51, jun. 2005.

DUARTE, M. F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (organizing) para os Estudos Organizacionais. **Organ. Soc. [online]**. 2016, vol.23, n.76, pp.57-72.

SOUZA, Eloisio Moulin de. Pós-modernidade nos estudos organizacionais: equívocos, antagonismos e dilemas. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro , v. 10, n. 2, p. 270-283, June 2012.

SOUZA, Eloisio Moulin de; SOUZA, Susane Petinelli; SILVA, Alfredo Rodrigues Leite da. O pós-estruturalismo e os estudos críticos de gestão: da busca pela emancipação à constituição do sujeito. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba , v. 17, n. 2, p. 198-217, Apr. 2013.

TÓPICOS ESPECIAIS EM INOVAÇÃO SOCIAL

Ementa: Abordagens teóricas de Inovação Social. Perspectiva neoschumpeteriana e institucional da Inovação Social. Inovação social e movimentos/empreendimentos sociais. Inovação em governo. Os estudos de Inovação Social a partir da abordagem pragmatista.

Bibliografia básica:

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

MURRAY, Robin; CAULIER-GRICE, Julie; MULGAN, Geoff. **The open book of social innovation**. Londres: The Young Foundation, 2010

NICHOLLS, Alex et al. **New frontiers in social innovation research**. Londres: Palgrave Macmillan UK, 2015.

Bibliografia complementar:

BIGNETTI, Luiz P. As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 47, n. 1, p. 3-14, jan./ abr. 2011

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. Dilemas. **Revista de Estudos de Conflitos e Controle social**, v. 2, n. 4, p. 11-48, 2009.

KLEIN, Jean-Louis et al. **The Quebec system of social innovation. A focused analysis on the local developpement field**. Finisterra, v. 47, n. 94, p. 9-28, 2012.

LÉVESQUE, Benoît. As inovações sociais podem contribuir para transformações, mas isso não é tão evidente. **Revista Ciências em Debate**, v. 1, n. 2, p. 179-199, 2014.

MONTGOMERY, Tom. Are Social Innovation Paradigms Incommensurable? **Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 27, p. 1979-2000, 2016.

MUMFORD, Michael D. Social innovation: ten cases from Benjamin Franklin. **Creativity Research Journal**, v. 14, n. 2, p. 253-266, 2002

PHILLIPS, Wendy et al. Social innovation and social entrepreneurship: a systematic review. **Group & Organization Management**, v. 40, n. 3, p. 428-461, 2015.

POL, Eduardo; VILLE, Simon. Social innovation: buzz word or enduring term? **The Journal of Socio -Economics**, v. 38, n. 1, p. 878-885, 2009.

TÓPICOS ESPECIAIS EM CONTABILIDADE E CONTROLADORIA

Ementa: Funções e estruturação da Controladoria no processo de gestão. Leitura gerencial das Ferramentas Contábeis. Sistemas de Contabilidade Aplicado ao Setor Público. Avaliação de desempenho. Modelos de Decisão. Métricas de avaliação de desempenho. Contabilidade aplicada ao combate à corrupção.

Bibliografia Básica:

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUNKES, Rogério João. **Contabilidade Gerencial: um enfoque na tomada de decisão**. Florianópolis: Visual Books, 2008.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia Complementar:

BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo; BLIACHERIENE, Ana Carla; RIBEIRO, Renato Jorge Brown. **Controladoria no Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2016.

CARVALHO, Deusvaldo; CECCATO, Marcio. **Manual completo de contabilidade pública**. 4. ed., rev. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2018. 1039 p

SCHIER, Carlos Ubiratan da Costa. **Controladoria Como Instrumento de Gestão**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz; MARTINS, Marco Antônio dos Santos. **Manual de Controladoria**. São Paulo: Atlas, 2014

SILVA, Valmir Leôncio. **A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2014.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ADMINISTRAÇÃO E GOVERNANÇA PÚBLICA

Ementa: Globalização e transformação do Estado na sociedade em rede; Abordagens e conceitos teóricos sobre governança e redes de política públicas; tipos, escalas, atores e arranjos institucionais; Redes e accountability democrática; Neoinstitucionalismo e a abordagem das redes; Mapeamento de redes sociais e sua aplicação às políticas públicas; aspectos conceituais e metodológicos; Federalismo, coordenação intergovernamental e governança multinível.

Bibliográficas básicas:

DENHARDT, Robert ; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**.- 2. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2017.

MATIAS-PEREIRA, José. **Governança no Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2010.

MATOS, Fernanda; DIAS, Reinaldo. **Governança Pública: novo arranjo de governo**. Campinas: Alínea, 2013.

PROPIUCK, M. **Políticas Públicas e fundamentos da Administração Pública: análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária**. São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografias complementares:

Paula, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BEVIR, Mark. **A Theory of Governance**. – Berkeley e Los Angeles, California: University of California Press, 2013.

GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. **Governar em Rede: o novo formato do setor público**. – Brasília/São Paulo: ENAP/Unesp, 2006.

KISSLER, L; HEIDEMANN, F. G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, vol.40 no.3 mai/jun, 2006.

SISK, Timothy D. et al. **Democracia em nível local: manual de participação, representação, gestão de conflito e governança do International IDEA**. Curitiba: Atuação, 2015.

TÓPICOS ESPECIAIS EM ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO

Ementa: Perspectivas quantitativas e qualitativas do desenvolvimento contemporâneo. Desenvolvimento comparado. Economia comportamental e sua aplicação em políticas públicas. Abordagem do sistema-mundo. Abordagem institucionalista. Complexidade Econômica. Economia dos custos de transação. Abordagens críticas do desenvolvimento.

Bibliografia básica:

CHANG, Ha-Joon,. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004. 266p. ISBN 8571395241 (broch.).

PINTO, E. C.; CARDOSO JR., J. C.; LINHARES, P. T. (org.) **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2009. v.3 (698 p.).

GALA, Paulo. **Complexidade Econômica**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.

Bibliografia complementar:

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. **Caos e governabilidade no moderno sistema mundial**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001. 334 p. ISBN 8585910399 (broch).

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008. 428 p. ISBN 9788575591123 (broch.).

CONCEIÇÃO, O. A. C. **Elementos para uma teorização apreciativa institucionalista do crescimento econômico: uma comparação das abordagens de North, Matthews e Zysman**. Porto Alegre: Gráfica UFRGS, 2005 (Texto para Discussão nº 10/2005).

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**. São Paulo: Portfolio-Penguin, c014. 314 p.

WILLIAMSON, O. E. The New Institutional Economics: taking stock, looking ahead. **Journal of Economic Literature**. Vol. XXXVIII, Sep., 2000, pp. 595-613.

TÓPICOS ESPECIAIS EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Ementa: Perspectivas culturalistas e institucionalistas na sociologia política. Sociologia dos partidos e sistemas eleitorais (estudos sobre o funcionamento interno, atuação na competição eleitoral e na formação de governos, o debate sobre o declínio dos partidos e apartidarismos). Concepções contemporâneas de democracia e teorias de participação política. Estudos e interpretações sociopolíticas contemporâneas sobre a realidade brasileira.

Bibliografia básica:

CARDOSO JR., José Celso; BERCOVICI, Gilberto (orgs.). **República, democracia e desenvolvimento: contribuições ao Estado brasileiro contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2013, p. 209-241.

SATHLER, André; BRAGA, Ricardo (org.). **Legislativo pós-1988. Reflexões e perspectivas**. Brasília: Edições Câmara, 2015

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

POGREBINSCHI, T. **Judicialização ou representação? Política, direito e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

Bibliografia complementar:

BIROLI, Flávia. Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Dez 2012, no.9, p.07-38.

BORBA, J. GIMENES, É. R.; RIBEIRO, E. A. Bases sociais, atitudinais e comportamentais do apartidarismo brasileiro. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 101, mar. 2015. p. 27-55.

BORBA, J.; FARIA, C. F. Sistema deliberativo, formas de conexão e inclusão política: alcance teórico e prático. **Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)**, v. 32, p. 1/e329502-15, 2017.

GURZA LAVALLE, A.; ISUNZA VERA, E. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. **Lua Nova**, 2011, n. 84, pp.95-139.

LÜCHMANN, L. H. H. Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, p. 159-178, 2014

MAINWARING, S. Políticos, partidos e sistemas eleitorais. O Brasil numa perspectiva comparada. **Novos Estudos**, n. 29, 1991 (pp. 34-58).

5.8.1.3 Plano de implantação do currículo proposto de Administração Pública

O currículo do Curso de Administração Pública será implantado de forma gradativa, a partir de 2014.2

Quadro 07: Plano de implantação do currículo proposto de Administração Pública

2014/2	2015/1	2015/2	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2	2018/1
1ª fase	1ª fase	1ª fase	1ª fase	1ª fase	1ª fase	1ª fase	1ª fase
	2ª fase	2ª fase	2ª fase	2ª fase	2ª fase	2ª fase	2ª fase
		3ª fase	3ª fase	3ª fase	3ª fase	3ª fase	3ª fase

-			4ª fase	4ª fase	4ª fase	4ª fase	4ª fase
-	-			5ª fase	5ª fase	5ª fase	5ª fase
-	-	-			6ª fase	6ª fase	6ª fase
-	-	-				7ª fase	7ª fase
-	-	-	-				8ª fase

5.8.2 Descrição dos enfoques

5.8.2.1 Prática Pedagógica

Conforme Resolução CNE/CES Nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, distribuir-se-á a carga horária entre núcleos de Conteúdos de Formação Básica (B), Conteúdos de Formação Profissional (P), Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias (MQT) e Conteúdos de Formação Complementar (FC).

Quanto às disciplinas optativas serão inseridas em qualquer semestre, em que o departamento desejar, oferecendo vacância de créditos e facilitando o ajuste do horário para o acadêmico.

O Trabalho de conclusão de curso realizar-se-á nas 7ª e 8ª (sétima e oitava) fases.

Quanto à realização do Estágio Curricular Supervisionado realizar-se-á nas 7ª e 8ª (sétima e oitava) fases, além das disciplinas obrigatórias.

As ações pedagógicas fundamentar-se-ão nas iniciativas dos alunos. Os métodos utilizados, além de propiciar o diálogo, respeitar os interesses e os diferentes estágios do desenvolvimento cognitivo dos alunos, favorecerão a autonomia e a transferência de aprendizagem, visando o aprender a fazer e sobretudo ao **aprender a aprender**.

Os docentes do curso serão estimulados a utilizar como práticas pedagógicas/métodos de ensino aqueles que mais se adequarem ao perfil dos alunos e dos professores.

Além do Estágio Supervisionado Obrigatório e do Trabalho de Conclusão de Curso, o curso fomentará atividades integradoras da teoria com a prática, tais como:

- a) Visita técnica como parte de conteúdos de disciplinas, institucionalmente organizada, ou organizada por professores;
- b) Atividades e projetos de extensão universitária,
- c) Projetos e atividades de consultoria, assessoria, prestação de serviços na área de governança pública, sob a responsabilidade de “Escritórios Modelos de Projetos e Consultoria”;
- d) Projetos de extensão realizados pelo Núcleo de extensão do CESFI junto a prefeituras, ONG’s, escolas públicas e comunidade externa em geral, fundamentados nas atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas pelo respectivo grupo, articulando dessa forma, o tripé (Ensino, pesquisa e extensão) indissociável que norteia a universidade brasileira;
- e) Projetos e atividades ligadas ao Centro Acadêmico de Administração Pública, que realiza atividades acadêmicas, inerentes à direção do Centro Acadêmico, relativas aos relacionamentos internos e externos, estudantis ou não, que exigem fundamentos de política e administração.

A integração entre teoria e prática, objeto deste tópico, será disciplinada no Plano de Desenvolvimento do Curso de Administração Pública.

5.8.2.2 Estágio Curricular Supervisionado

5.8.2.2.1 Base Legal

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, referência primordial para a atividade de Estágio, em seu artigo 1º apresenta a definição de Estágio como sendo um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

A referida Lei dispõe sobre o estágio de estudantes, regulamentando esta atividade e definindo as obrigações das partes envolvidas. Dentre as definições, classificação e relações de estágio citadas no capítulo I da Lei pode-se destacar que:

- O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando;
- O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho;
- O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso;
- Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma;
- Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória;
- As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso. (Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008)

O Estágio Curricular Supervisionado no Curso de Administração Pública é um requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública. Constitui-se em um instrumento de integração, treinamento prático, aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e de relacionamento humano.

O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular do Curso de Administração Pública, com o objetivo geral de propiciar aos acadêmicos a oportunidade de relacionar a teoria aprendida no curso com a prática desenvolvida no Estágio. O Estágio estará associado ao processo de aprendizagem, complementando a formação dos acadêmicos, será realizado sob a supervisão de docentes e profissionais capacitados.

O estágio curricular Supervisionado no Curso de Administração Pública possui o total de carga horária de 360 horas-aula.

O estágio será desenvolvido, na área da governança pública, em instituições públicas e privadas. As atividades de Estágio possuem normas e regulamentos para seu efetivo acompanhamento e monitoramento definidos pelo Colegiado de Curso, seguindo a legislação pertinente.

O regulamento do Estágio Curricular Supervisionado será elaborado e aprovado pelo Conselho de Centro do CESFI/UDESC.

5.8.2.3 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (TCC) é atividade curricular obrigatória e será desenvolvida pelo acadêmico em assunto/tema da área profissionalizante inerente ao núcleo de formação profissional, sob orientação de um professor efetivo da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

O objetivo geral do TCC é materializar o estudo constituído por uma descrição, análise e/ou por meio de indicação contextualizada de alternativas de solução de problemas públicos identificados na(s) organização(ões) objeto de estudo, com explicitação da capacidade de análise, reflexão e crítica.

Para realizar o Trabalho de Conclusão de Curso, o acadêmico deverá cursar as disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II).

5.8.2.4 Atividades Complementares

As Atividades Complementares estão regulamentadas pela Resolução n 028/2011 – CONSEPE, de 16/11/2011.

A carga horária destinada para as Atividades Complementares são 16 créditos, que equivalem a 288 (duzentos e oitenta e oito) horas-aulas, que contribuirão para o aprofundamento e diversificação na formação do aluno.

As Atividades Complementares (AC) incluem aquelas realizadas pelo aluno, vinculadas a sua formação e/ou promovidas pelo curso de Administração Pública, visando à complementação dos conteúdos ministrados e/ou a atualização permanente dos alunos acerca de temas globalizantes.

As Atividades Complementares também serão realizadas fora do Departamento, havendo a necessidade de comprovação por meio de certificados, declarações, projetos executados ou em andamento, históricos escolares e certidões dentre outros.

6. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação do aproveitamento escolar respeita o que estabelece o Regimento geral da UDESC, refletem os pressupostos que embasam os objetivos do curso, a estrutura curricular e as práticas pedagógicas adotadas pelos docentes bem como o perfil do egresso e o perfil do professor.

O professor realizará a verificação de aprendizagem englobando os aspectos de assiduidade e aproveitamento através das diversas técnicas, tais como: provas, seminários, trabalhos técnicos, oficinas, relatórios, apresentações de trabalhos, artigos entre outros, contemplando, no mínimo, duas avaliações por disciplina.

O sistema de avaliação do aproveitamento segue os parâmetros estabelecidos pelo Regimento Geral, mais especificamente em seus Artigos 144 a 148, descritos a seguir:

Art. 144. A verificação da aprendizagem, abrangendo os aspectos de assiduidade e aproveitamento, será feita por disciplinas, atividades acadêmicas obrigatórias e atividades acadêmicas complementares, através da utilização das diversas técnicas e instrumentos estabelecidos no projeto político-pedagógico, específico de cada curso.

§ 1º Entende-se por assiduidade, a frequência às atividades de cada disciplina, atividades acadêmicas obrigatórias e atividades acadêmicas complementares, considerando-se nelas reprovado o aluno que deixar de comparecer a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária programada das mesmas.

§ 2º A avaliação do estudante é de responsabilidade do professor, sendo expressa através de notas variáveis de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero) e deverá considerar a assimilação progressiva de conhecimentos e a capacidade de sua aplicação.

§ 3º Ao final de cada período letivo, será atribuída ao estudante, em cada disciplina ou atividade acadêmica, uma nota final, resultante da média das avaliações realizadas durante o período letivo, independentemente da carga horária da mesma,

sendo regulamentada pelo projeto político-pedagógico de cada curso, sendo obrigatória a previsão da divulgação dos resultados da anterior antes da formulação da nova avaliação.

Art. 145. A avaliação do rendimento acadêmico será feita em cada disciplina, em função do aproveitamento em provas, seminários, trabalhos de campo, entrevistas, trabalhos escritos e outros.

Art. 146. É obrigatório o comparecimento do aluno às atividades acadêmicas programadas.

§ 1º Cabe ao docente à responsabilidade de verificação e controle da frequência dos alunos.

§ 2º As faltas coletivas dos alunos poderão ser consideradas como aulas efetivamente ministradas pelo professor responsável pela disciplina.

§ 3º O aluno que não tiver frequentado, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) das atividades acadêmicas programadas estará automaticamente reprovado.

Art. 147. A avaliação do aproveitamento é feita pelo professor e expressa numericamente em escala de 0 (zero) a 10 (dez), do seguinte modo:

I - é considerado aprovado o aluno que obtiver média semestral igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) e frequência não inferior a 75% (setenta e cinco por cento);

II - o aluno que não obtiver a média 7,0 (sete vírgula zero) estará, obrigatoriamente, em exame, cujo desempenho será composto por média semestral com peso 6 (seis) e o exame final com peso 4 (quatro), devendo atingir a média final de, no mínimo, 5,0 (cinco vírgula zero) e frequência não inferior a 75% (setenta e cinco por cento);

III - a média semestral, de peso 6 (seis), representa o aproveitamento do aluno na disciplina e é obtida através da média oriunda das notas atribuídas a testes, trabalhos e/ou relatórios distribuídos ao longo do período letivo;

IV - o exame final será resultante de prova escrita e/ou oral e/ou prática, de projeto e sua defesa, ou trabalho equivalente, cobrindo toda a matéria lecionada durante o período letivo.

Art. 148. O aluno que não comparecer a uma das provas regulares previstas no plano de ensino da disciplina poderá solicitar uma prova de segunda chamada, segundo normas estabelecidas pelo CONSEPE.

No caso do Curso de Administração Pública, além do que consta no Regimento Geral da UDESC, a verificação do aproveitamento escolar será efetuada sob duas condições:

- por resultados (verificação somativa)
- por processos (verificação formativa).

A primeira tem por objetivo verificar o rendimento do aluno no final dos bimestres (avaliações bimestrais), após a ministração dos conteúdos da disciplina no 1º e no 2º bimestres, enquanto a segunda, busca verificar o rendimento do aluno durante o processo, ou seja, no transcorrer do bimestre, envolvendo testes, trabalhos, dentre outros tipos a critério do professor, dependendo das práticas pedagógicas utilizadas pelo docente.

As avaliações bimestrais envolvem questões objetivas e discursivas, tendo por finalidade a discussão de situações-problemas para que o aluno no momento da resolução não demonstre perder a noção do todo. Deverá levar o aluno a pensar, fazendo com que na resposta, ele demonstre saber raciocinar, compreender e interpretar o problema proposto.

Os resultados das avaliações bimestrais, assim como dos testes e trabalhos serão conduzidos pelos professores das disciplinas do curso, além da publicação no SIGA, dentro dos prazos estabelecidos pelas Resoluções da UDESC.

7. CORPO DOCENTE DO CURSO

7.1 IDENTIFICAÇÃO DOS DOCENTES EFETIVOS NO CENTRO

A nominata do corpo docente, com sua respectiva situação funcional, regime de trabalho e titulação, lotado no CESFI no semestre 2020.1, pode ser verificada no Quadro a seguir.

Quadro 08: Titulação e regime de trabalho do corpo docente

Professor	Situação funcional		Regime de Trabalho	Titulação				Disciplina
	E	S		G	E	M	D	
Maria Ester Menegasso	X		40 hs				X	Estado e Sociedade, Educação e Sensibilização Ambiental, Metodologia da Pesquisa Científica, Organização e Gestão.
José Carlos de Souza	X		40 hs			X		Contabilidade Pública, Estatística, Matemática, Licitação na Administração Pública Municipal, Matemática Financeira
Luiz Ricardo de Souza	X		40 hs				X	Planejamento e Alocação de Recursos em Governança Pública, Políticas Públicas e Regionalidade
Danilo José Alano Melo	X		40 hs			X		Teorias de Administração Pública, Regionalidade, Sustentabilidade e Desenvolvimento de Territórios, TCC I
Vitor Hugo Klein Júnior	X		40 hs				X	Psicologia Social, Orçamento Público para a Governança Pública Municipal e Regional, Relações de Trabalho em Organizações Públicas Municipais e Sociais
Luiz Filipe G. Reinecke	X		40 hs			X		Administração Pública e Governança, Governança Pública Municipal e Regional I
Vanessa Marie Salm	X		40 hs			X		Liderança e Formação de Redes na Governança Pública, Educação e Sensibilização Ambiental, Metodologias para Elaboração e Implantação de Projetos.
Pompilio Locks Filho	X		40hs				X	Sociologia, Ciência Política, Desenvolvimento Institucional e de Comunidades
Samira Kauchakje	X		40hs				X	Gestão Social em Espaços Regionais e Locais, Implementação de Serviços Públicos, Relações Interinstitucionais na

							Governança Pública, Metodologia Científica e da Pesquisa
Adilson Giovanini	X		40hs			X	Finanças Públicas, Economia Brasileira, Fundamentos da Teoria Econômica

Fonte: RH CESFI 2020

Legenda: E - efetivo; S - substituto; DI – dedicação integral; G - graduado; E - especialista; M - mestre; D – doutor.

8. RECURSOS NECESSÁRIOS

8.1 HUMANOS

Atualmente, o CESFI disponibiliza ao público o curso de Engenharia de Petróleo. A oferta do curso de Engenharia de Petróleo iniciou em 2011/02 e, portanto, por estar no período de implantação necessita ao longo do período compor o corpo docente e adquirir os laboratórios previstos no Plano Pedagógico. Na sequência são verificados os docentes a contratar para os três primeiros semestres do Curso de Administração Pública.

8.1.1 Identificação dos docentes a contratar por disciplina (para os três primeiros semestres).

Quadro 09: Docentes a contratar por disciplina nos três primeiros semestres

Contratação no 1º semestre:

Disciplina	Professor (no de Vagas)	Regime de Trabalho	Titulação			
			G	E	M	D
Matemática, Estatística.	1	40				X
Tecnologia básica de informação e comunicação na Governança Pública.	1	40				X
Direito Constitucional, Direito administrativo.	1	40				X
Filosofia e ética.	1	40				X
Sociologia, Ciência política e democracia, Metodologia científica e da pesquisa.	1	40				X
Administração Pública e governança, Teorias da Administração Pública.	1	40				X

Legenda: G - graduado; E - especialista; M - mestre; D – doutor.

Contratação no 2º semestre:

Disciplina	Professor (no de Vagas)	Regime de Trabalho	Titulação			
			G	E	M	D
Psicologia social; Liderança e Formação de Redes na Governança Pública; Processos de Negociação em Governança Pública.	1	40				X

Finanças Públicas, Fundamentos da teoria econômica, Orçamento público para a governança pública municipal e regional, Contabilidade Pública na Administração Pública Municipal.	1	40				X
Relações interinstitucionais na governança pública, Planejamento e alocação de recursos em governança pública.	1	40				X

Legenda: G - graduado; E - especialista; M - mestre; D – doutor.

Contratação no 3º semestre:

Disciplina	Professor (no de Vagas)	Regime de Trabalho	Titulação			
			G	E	M	D
Relações de Trabalho em Organizações Públicas Municipais e Sociais.	1	40				X
Governança Pública Municipal e Regional I; Governança Pública Municipal e Regional II; Desenvolvimento Institucional e de Comunidades.	1	40				X
Regionalidade, sustentabilidade e desenvolvimento de territórios; Políticas Públicas e Regionalidade; Mobilidade em Espaços Urbanos.	1	40				X

Legenda: G - graduado; E - especialista; M - mestre; D – doutor.

Quadro 10: Demanda de professores

Semestre de Implantação	Demanda de professores
1º.	06
2º.	03
3º.	03
Total = 12	

Os docentes a serem contratados como efetivos terão o regime de 40 horas. Esta demanda é justificada pela carga horária de ensino em disciplinas obrigatórias. Cabe

destacar que dentre os 12 professores um deles terá função de confiança, pois será o chefe do departamento que será constituído quando da implantação do Curso. Além destes, será necessária a contratação de mais 4 (quatro), totalizando 16 docentes para implantação do curso.

Os professores a serem contratados em Administração Pública nas áreas de Estatística, Filosofia e ética, Metodologia científica e da pesquisa, Ciência política, Direito, serão concomitantemente disponibilizados ao curso de Engenharia de Petróleo para ministração de disciplinas obrigatorias do currículo do curso, tais como: Fundamentos do Direito do Petróleo; Estado e Sociedade e Organização e gestão.

8.1.2 Relação dos técnicos universitários a contratar

Quadro 11: Relação dos técnicos universitários a contratar

FUNÇÃO	NÚMERO DE VAGAS
Técnico Universitário Desenvolvimento	02
Técnico Universitário de Suporte	01
TOTAL	03

8.2 MATERIAL

8.2.1 Laboratórios

Os laboratórios de ensino de informática serão utilizados como uma ferramenta auxiliar na prática pedagógica dos professores. Estes laboratórios serão utilizados para as aulas e também pelos discentes fora do horário de suas aulas. Tais laboratórios também serão utilizados em práticas de extensão envolvendo professores e alunos de programas de extensão.

Além dos laboratórios de informática, o Curso de Administração Pública contará ainda com o suporte dos seguintes equipamentos: projetores multimídia em todas as salas de aula e internet.

8.2.2 Instalações físicas

O Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí- CESFI/UDESC possui área total de 2.470 m², distribuídos em 6 andares

O curso dispõe das seguintes instalações/espços físicos, conforme demonstra o Quadro.

Quadro 12: Instalações/espços físicos

Salas de aula com 40 lugares (todas climatizadas)	02
Salas de aula com 30 lugares (todas climatizadas)	06
Auditório com capacidade para 55 pessoas	01
Auditório com capacidade para 120 pessoas	01
Salas de estudos para 20 pessoas cada	02
Salas individuais para professores	06
Salas para professores	01
Salas para coordenação de cursos	02
Sala para grupos de extensão	01
Salas para grupos de pesquisa	01
Direção Geral (Diretor Geral + Sala de reuniões + sala de apoio + recepção)	03
Secretaria Acadêmica	01
Direção Administrativa, sala de apoio administrativo e financeiro + recepção.	02
Biblioteca com espços para estudos	01
Laboratórios de informática (03 laboratórios com 60 m2 cada)	03
Laboratórios de físico-química	01
Almoxarifado	01
Área para Centro Acadêmico e Atlético	01
Área de Xerox	01
Lanchonete + área de convivência	02
Banheiros (04 femininos e 04 masculinos)	08

O CESFI possui um auditório com a capacidade para 120 pessoas e um auditório para 55 pessoas que serão utilizados para promover eventos, palestras e seminários decorrentes das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

A atual infraestrutura do CESFI é suficiente para atender às demandas físicas do curso. Há salas de aulas, xerox, salas de estudos, salas de convivências, sala de professores e outros.

A infraestrutura de informática atualmente disponível no CESFI é composta de uma rede Ethernet em todo o Centro, com largura de banda de 100 Mbps. O acesso à Internet é baseado em um link dedicado, de 1 Mbps e está disponível a todos os computadores da instituição, com disponibilidade de acesso à rede sem fio (*wireless*) à professores e acadêmicos. Os computadores dos laboratórios estão equipados com placas de som.

O CESFI tem à disposição dos professores para uso em atividades didáticas, projetores multimídia, TV e computador. As salas de aula e laboratórios estão equipadas com telas de projeção.

8.2.3 Quantificação sumária da estrutura existente para pessoas com necessidades especiais.

No momento existem sanitários e acesso ao piso térreo adaptado. Não existe, entretanto, elevador e/ou rampa de acesso aos portadores de necessidades especiais ao 1º andar. Porém, o prédio possui elevador a partir do térreo. Para garantir a acessibilidade está sendo providenciando a compra de elevador que atenderá as pessoas com necessidades especiais.

9 ACERVO E REGIME DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA

O acervo é formado sendo incrementado por materiais bibliográficos e especiais; e divide-se em três grandes níveis, sendo:

Nível Geral – Materiais de consulta, literatura corrente e periódicos que servem de suporte aos programas das disciplinas, de formação geral e instrumental dos cursos de graduação, tais como enciclopédias e dicionários gerais e especializados, manuais, anuários, diretórios, índices e abstracts, e periódicos técnicos e jornais diários.

Nível de Ensino – Materiais que serviram de suporte ao processo ensino-aprendizagem dos programas das disciplinas de formação profissional dos currículos dos cursos de graduação, incluindo materiais bibliográficos como livros, periódicos e materiais especiais como partituras, iconográficos e audiovisuais.

Nível de Pesquisa – Materiais com nível de profundidade capaz de apoiar os programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão em nível de graduação como trabalhos de conclusão de curso, relatórios de pesquisa e extensão, e em nível de pós-graduação como monografias e dissertações.

O Curso de Administração Pública, fora de sede da ESAG, e que está sendo descontinuado desde 2010, já possui na biblioteca acervo que atende grande parte da bibliografia necessária. Também no centro é oferecido o curso de Engenharia de Petróleo, primeiro curso oferecido no Centro, cujo acervo vem sendo adquirido.

9.1 PLANO DE EXPANSÃO DO ACERVO

Apesar de parte da bibliografia referente aos conteúdos básicos deste Projeto Pedagógico, já ter sido adquirida para o Curso de Administração Pública, que conta com as fases finais do curso salienta-se que a Biblioteca está em fase de estruturação e em processo de constante aquisição de materiais que servirão de apoio informacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão. Assim, servirão de suporte aos programas das disciplinas, programas de pesquisa e extensão do Centro, além de fornecer obras de referência em áreas de assunto específicas, gerais e/ou afins.

Atualmente, o acervo da Biblioteca setorial do CESFI, consta com os seguintes materiais:

Quadro 13: Acervo da biblioteca Setorial do CESFI

Itens	Títulos	Exemplares
Periódicos títulos nacionais correntes	38	394
Total Periódicos – títulos	336	336
Fitas de video	-	-
Slides	-	-
Imagens	-	-
Fotografias	-	-
Teses, Dissertações e Monografias	11	11
Catálogos de Exposição	-	-
Relatórios de pesquisa	-	-
Relatórios de estágio	-	-
TCC	102	102
Peças teatrais	-	-
Hemeroteca (Recortes de Jornais)	-	-
Mapas	1	1
CD-ROM	2	2
Partituras	-	-
Outros/ Livros da Engenharia de Petróleo	101	496
TOTAL	2130	4733

9.2 SERVIÇO DE ACESSO AO ACERVO

A utilização do *Sistema Pergamum* permite a catalogação de todos os tipos de acervos existentes na biblioteca, controle de assinaturas de periódicos, faz o controle de empréstimo e reserva de materiais (no caso dos títulos dos quais todos os exemplares estão emprestados). Informatização do acervo e dos serviços de catalogação, controle de periódicos reserva de empréstimo, comutação, consulta ao catálogo local e remoto.

A consulta ao catálogo está disponível via Internet, existindo nesta biblioteca setorial, 01 terminal disponível, exclusivamente para que os usuários possam consultar

ao catálogo. Para acessar remotamente o catálogo, basta o usuário conectar-se a página da biblioteca via Internet e acessá-lo de qualquer lugar.

A comutação bibliográfica está disponível, a biblioteca possui convênio com o IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. O atendimento é feito pela bibliotecária (junto à coordenação) conforme solicitação dos usuários do Centro, bem como pelos demais profissionais solicitantes da comunidade. A comutação permite acesso à Base de Dados (Informações digitalizadas) e acesso gratuito ao Portal de Periódicos da Capes.

A Biblioteca Acadêmica conta com os serviços de 02 (dois) auxiliares de Biblioteca. O horário de funcionamento é de segunda à sexta-feira das 08h00min às 22h00min. Aos sábados das 8h às 18h00min.

9.3 PERIÓDICOS

Ainda com biblioteca o serviço do *Pergamum*, o sistema integrado de Biblioteca, com acesso ao ICAP- **Indexação Compartilhada de Artigos de Periódicos** que tem como objetivo criar um serviço de indexação compartilhada de artigos de periódicos nacionais, editados pelas Instituições que fazem parte da Rede *Pergamum*.

Atualmente a ICAP disponibiliza o acesso a 132 periódicos, 15054 artigos, 5663 artigos online.

Também possui acesso aos periódicos da capes. O Portal de Periódicos da Capes oferece acesso a textos selecionados em 22.525 publicações periódicas internacionais e nacionais e as mais renomadas publicações de resumos, cobrindo todas as áreas do conhecimento.

Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação científica e tecnológica de acesso gratuito na Web. O portal de acesso livre da CAPES disponibiliza periódicos com textos completos, bases de dados referenciais com resumos, patentes, teses e dissertações, estatísticas e outras publicações de acesso gratuito na Internet, selecionados pelo nível acadêmico, mantidos por importantes instituições científicas e profissionais e por organismos governamentais e internacionais.

9.4 BASE DE DADOS

A UDESC disponibiliza acesso a bases de dados online por meio do Portal de

periódicos CAPES que oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 11.419 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e a mais de 90 bases de dados com resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento.

Inclui também uma seleção de importantes fontes de informação acadêmica com acesso gratuito na Internet. O uso do Portal é livre e gratuito para os usuários da UDESC. O acesso é realizado a partir de qualquer terminal ligado à Internet localizado nas dependências da UDESC.

10 - PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA ANUAL

10.1 – RECURSOS HUMANOS

Segundo a instrução técnica PROPLAN no. 042/2011 cada técnico universitário de suporte tem um custo para a universidade de R\$ 2.440,79. Portanto, o custo mês, durante a implantação devido aos técnicos é expresso abaixo.

Quadro 14: Custo mensal de técnico universitário

Ano de Implantação	Nº de técnicos	Custo mês (unit.)R\$
1º.	2 (desenvolvimento)	6.803,42
	1 (suporte)	2.440,79
Custo Total mês: R\$ 9.244,21		

Segundo a instrução técnica PROPLAN nº 042/2011 cada professor de Classe adjunto de 40 horas tem um custo para a universidade de R\$ 7.738,33 por mês. Portanto o custo durante a implantação devido aos professores mais uma FE-03 é expresso abaixo.

Quadro 15: Custo mensal de professor universitário

Semestre de Implantação	Nº de professores	Custo mês (unit.) R\$
1º.	6	46.429,98
2º.	3	23.214,99
3º.	3	23.214,99
1 (uma) FE-03 (Chefia de Departamento) = R\$ 1.317,47		
Custo Total mês 1º: R\$ 47.747,45		
Custo Total mês 1º + 2º: R\$ 70.962,44		
Custo Total mês 1º + 2º + 3º: R\$ 94.177,43		

Os recursos (Fonte 100, Fonte 261 e Fonte 262) para a implantação do curso serão alocados do orçamento a ser destinado para o Centro, uma vez que para dar suporte a implementação e a manutenção do Centro, o Governo do Estado aumentou de 2,05% para 2,10% o percentual do repasse para a UDESC, a partir de janeiro de 2011.

10.2 CUSTEIO

Quadro 16: Custo de Material Permanente para a implantação do Curso

Descrição	Demanda	Valor Estimado \$
Acervo Biblioteca	Livros de conteúdos básicos, específicos e profissionais	100.000
Laboratórios		
Total		100.000

Quadro 17: Custo de Recursos Humanos por mês

Descrição	Demanda	Valor Estimado R\$
Professores Universitários	12	94.177,43
Técnicos	03	9.244,21
TOTAL		103.421,64

11. REFERÊNCIAS

- 1) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- 2) RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 1, DE 13 DE Janeiro DE 2014
- 3) Parecer CNE/CES nº 1.362, aprovado em 12 de dezembro de 2001.
- 4) Relatório de Vocacionamento do Centro de Educação Superior da Foz do Itajaí-CESFI.(set/2010).
- 5) RESOLUÇÃO Nº 005/2007 – CONSEPE
- 6) RESOLUÇÃO Nº 14/2010 – CONSEPE
- 7) RESOLUÇÃO Nº 015/2007 – CONSEPE
- 8) RESOLUÇÃO Nº 009/2011 – CONSEPE
- 9) RESOLUÇÃO Nº 029/2019–CONSEPE